

3 **ARTIGO**
Notas sobre as exportações brasileiras, por Lia Valls Pereira

6 **ARTIGO**
A reforma do setor elétrico e o Rio de Janeiro, por Adilson de Oliveira

7 **SIMPÓSIO**
Infra-estrutura e desregulamentação: desafios para o desenvolvimento

8 **ARTIGO**
Comércio eletrônico global: impactos econômicos e fiscais, por Paulo Bastos Tigre

19 **RESENHAS**
A reforma do setor elétrico e A opção brasileira

RIO 1999:
13º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS
7º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ECONOMISTAS

As negociações econômicas internacionais do Brasil

Renato Baumann, chefe do escritório da Cepal no Brasil, mapeia as várias frentes de negociação que nosso país conduz simultaneamente, e que envolvem o Mercosul, a Aladi, a Alca e a União Européia. Segundo ele, há muita indefinição, com cenários mantidos propositalmente em aberto: "A agenda dos negociadores brasileiros tem crescido de forma exponencial."

páginas 10 a 13



PÃO DE AÇÚCAR DE CARLOS OSWALD, REPRODUÇÃO: MNBA

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bonfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367 • **Ilustração da Capa:** Pão de Açúcar, água forte, área impressa de 10,3 x 31,2 cm. Foi gentilmente cedida pelo Museu de Belas Artes (MNBA) e reproduzida por João Diaz • **Fotolito e Impressão:** Tipológica - Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (021) 224-0578 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Adhemar dos Santos Mineiro • **Vice-Presidente:** Ronaldo Raemy Rangel • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, José Roberto Soeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascouito da Rocha, José Clemente de Oliveira • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Luiz Mário Behnken, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares • **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49 - Tel: (0247) 238333.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607 / 1608 / 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (021) 262-2535 e (021) 533-2192 - Fax: (021) 533-7891 - E-mail: sindecon@embratel.net.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (021) 224-0578 e (021) 509-1077 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>.

EDITORIAL

Ninguém ignora que o desempenho exportador da economia brasileira nos próximos anos é um parâmetro extremamente importante - embora não suficiente - para que o modelo econômico atual possa sustentar-se. Por isso, aliás, a meta do governo é ousada: obter um incremento médio anual de 17% para nossas exportações, desde agora e até 2002, de modo a atingir nesse ano a marca de US\$ 100 bilhões em vendas externas. Neste número do **Jornal dos Economistas**, Lia Valls Pereira mostra que não se trata de um objetivo impossível, já tendo sido alcançado em épocas anteriores. Mas exige hoje redobrado esforço, pois as conjunturas interna e externa são menos favoráveis do que as dos anos 70, com baixas taxas de crescimento no Brasil e no mundo. As evidências dessa dificuldade aparecem no conjunto de tabelas que acompanha o artigo das páginas 3, 4 e 5 desta edição: entre 1994 e 1997, nossas exportações cresceram com taxas médias de apenas 6,7% ao ano, nossa

pauta exportadora voltou a ter uma presença crescente de produtos primários e somente cem empresas ainda respondem por 50% de todo o esforço exportador do país. Além disso, os países do Mercosul e da Aladi, que absorviam 14,5% das exportações brasileiras em 1990, passaram a absorver 42,7% sete anos depois, o que sinaliza uma clara tendência de regionalização do nosso comércio externo.

Neste contexto, as negociações econômicas internacionais do Brasil assumem grande relevância. Elas são o principal objeto da rica entrevista de Renato Baumann, chefe do escritório da Cepal no Brasil, para este número do **Jornal dos Economistas**. Ele mostra como o Mercosul garantiu a expansão do comércio e dos investimentos em nível regional e dotou os países-membros de maior capacidade negociadora internacional, criando uma realidade nova e dificilmente reversível. Mas mostra também como, do ponto de vista do Brasil, permanece indefinida a maneira de trans-

formar essa iniciativa em uma "ferramenta de desenvolvimento" mais efetiva.

As negociações internacionais brasileiras se desenvolvem em tabuleiros paralelos, mantendo cenários em aberto, à espera de maior nitidez. Paira, sobre todas elas, o espectro da Alca, desejada pelo Executivo dos Estados Unidos mas parcialmente obstaculizada pelo Legislativo do mesmo país, que negou ao presidente Clinton o fast track, sem o qual as negociações - felizmente - se tornam mais problemáticas. Simulações feitas pelo Ipea mostram que se as tarifas hemisféricas fossem zeradas - perspectiva altamente improvável, por absurda - as importações brasileiras provenientes dos Estados Unidos poderiam crescer em ritmo duas vezes maior que nossas exportações para este país. Um cenário, mais do que indesejável, simplesmente insustentável.

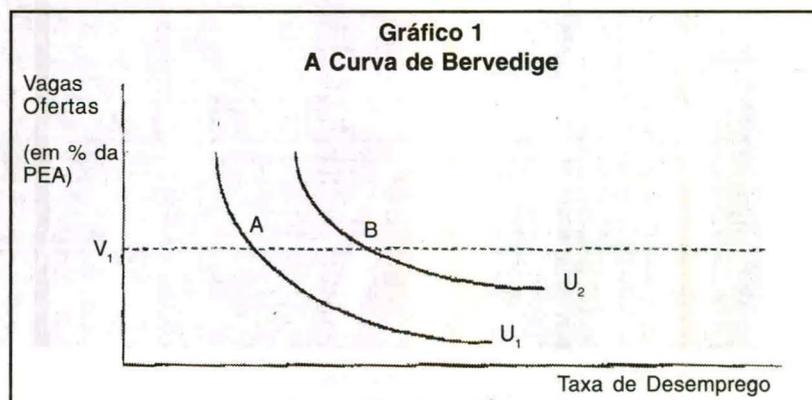
Dada a importância da evolução das contas externas para o desempenho da economia brasileira nos próximos anos, neste tema todo cuidado é pouco.

PRÊMIO DE MONOGRAFIA

A Escola de Administração Fazendária (Esaf) está promovendo o 3º Prêmio de Monografia Tesouro Nacional, cuja finalidade é estimular a pesquisa na área de finanças públicas. Poderão concorrer trabalhos individuais e de grupos. Cada candidato poderá apresentar apenas um trabalho, sobre um dos temas: dívida pública, tópicos especiais de finanças públicas ou sistemas de informação sobre a administração financeira pública. A premiação será de R\$ 10 mil, R\$ 5 mil e R\$ 2.500,00 para os três primeiros colocados, respectivamente. O edital completo está afixado no mural do Corecon-RJ e mais informações poderão ser obtidas no Ministério da Fazenda, Esaf, fax (061) 412-6016, e-mail jgomesg@fazenda.gov.br.

ERRATA

O JE publica abaixo o Gráfico 1 - A Curva de Bervedige, que foi editado com erro na edição 108, no artigo "Sistema público de emprego: que podemos esperar dele?", do professor Carlos Alberto Ramos. As curvas que são visualizadas no gráfico assinalam relações entre as vagas ofertadas (em % da PEA) e taxa de desemprego.



CONVÊNIO

CORECON-RJ / MNBA

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da cultura brasileira, o **Jornal dos Economistas** reproduz na capa uma obra de Carlos Oswald. Gravador e pintor brasileiro, Oswald estudou no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e, após permanência na Europa, lecionou gravura na Universidade da Bahia. Participou de importantes coletivas, entre as quais, várias bienais de São Paulo.

Nota técnica (capa): **Pão de Açúcar**, água forte, área impressa de 10,3 x 31,2 cm.

Notas sobre as exportações brasileiras

Nos primeiros cinco meses de 1998, nossas exportações de produtos manufaturados cresceram cerca de 20%. Não pretendo analisar aqui se esse desempenho sinaliza uma mudança no perfil das exportações brasileiras, mas apenas lembrar alguns pontos que influenciam uma estratégia de promoção das exportações.

Uma das metas anunciadas pelo governo é exportar US\$ 100 bilhões em 2002. Isso equivaleria a um crescimento médio anual de 17,21%, de hoje até esse ano. Médias anuais superiores a 15%, mantidas por um

cenário atual, o governo deve (a) se ater a políticas horizontais que geram externalidades positivas para todos os setores (promoção de um ambiente macroeconômico estável, estabilidade de regras, investimentos e/ou regulações que melhorem a infraestrutura física e social, entre outros) ou (b) se políticas seletivas são necessárias para promover setores específicos.

Apesar da análise sobre os rumos da política industrial e agrícola ser essencial para determinar a oferta exportável brasileira, estas notas,

O perfil do comércio multilateral brasileiro pode ser visualizado através dos percentuais com que as principais regiões absorvem as exportações brasileiras. Sob esse aspecto, destaca-se não só o aumento do comércio com a região da Aladi, impulsionado pelos acordos preferenciais, em especial o Mercosul, mas também o aumento do comércio com a Ásia. Esse multilateralismo, entretanto, não se reflete na composição da pauta nas principais regiões. Produtos básicos explicam cerca de 54% das exportações para a União Européia; básicos e semimanufaturados participam com 74% nas vendas para os países asiáticos; manufaturas dominam 90% do comércio com a Aladi; a mesma classe de produtos se destaca quando enfocamos as vendas para os Estados Unidos, participando com 66% do total.

O fato de a pauta ser relativamente concentrada não representa um problema. As trocas no comércio mundial refletem um certo grau de especialização.

No entanto, dada a presença de *diversas commodities* - cujos preços têm um maior grau de variância no mercado mundial - é desejável que a pauta se diversifique. O número de empresas que

dominam as vendas externas brasileiras reflete, em parte, a relativa concentração da pauta, mas também pode indicar a ausência de uma "cultura exportadora" no setor empresarial. A clara diferença na composição da pauta para os Estados Unidos e a União Européia pode estar refletindo, em parte, assimetrias entre a composição da oferta brasileira de manufaturados e a demanda de importações desses produtos na Europa. Novamente, entretanto, parte desse resultado pode ser atribuído à ausência de estratégias específicas de comercialização para esse mercado.

Um documento recente da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) propõe que a participação do Estado na promoção do comércio exterior se concentre nas seguintes atividades: (a) difusão de informações e assessoria para cumprimento de normas de comércio; (b) assessoria para aprimoramento dos requisitos de qualidade no comércio exterior; (c) negociações relativas a acesso a mercados de certos produtos;¹ (d) fortalecimento da capacidade negociadora; (e) coordenação de políticas nos marcos dos acordos regionais.

O Estado deveria, portanto, funcionar como mediador e facilitador de iniciativas do setor privado. No caso brasileiro, são essenciais a difusão de informações e a criação de um suporte técnico para as estratégias de comercialização. A administração do nosso comércio exterior é feita por órgãos distintos, com competências muitas vezes superpostas, nem sempre ficando claras as atribuições de

cada um. Existem alguns programas de apoio, como o dos pólos de exportação, que trata exatamente da difusão de informações em pólos nos quais se identificou o potencial exportador de uma

lista de produtos selecionada. Já foi criada uma agência especial promotora de exportações. No entanto, essa é uma área que ainda precisa ser melhor estruturada no Brasil.

Ainda no plano institucional, falta uma lei única de comércio exterior, na qual se estabeleçam mais claramente as atribuições dos diversos órgãos. Em especial, é necessário definir de forma mais precisa as regras para alterações de alíquotas dos impostos de importações, que têm impacto no potencial exportador. Em uma perspectiva de longo prazo, a questão não é se mudanças tarifárias

TABELA 1 - Exportações brasileiras por fator agregado - Crescimento médio anual

Período	Produtos industrializados			Total (*)
	Produtos básicos	Produtos Semimanufaturados	Produtos Manufaturados	
1970/1980	15,23	25,16	36,30	22,08
1980/1990	-0,01	8,08	6,54	4,55
1990/1994	6,87	7,78	10,06	8,51
1994/1997	9,39	7,14	5,36	6,71

(*) Inclui transações especiais. Fonte: SECEX/MICT.

período de cinco anos, estiveram presentes na década de 1970: de 1971 a 1975 e de 1975 a 1979, essas médias alcançaram, respectivamente, 31,45% e 15,15%. Na década de 1990, as médias foram bem menores: de 8,33% entre 1991 e 1994, e de 6,75% entre 1994 e 1997.

O grande impulso exportador dos anos 70 ocorreu em um período de acelerado crescimento econômico no Brasil e no mundo, em especial na primeira metade da década, antes da crise do petróleo. Além disso, a concessão de incentivos fiscais e creditícios às exportações de manufaturados provocou uma profunda transformação na pauta exportadora do país, elevando a participação dos manufaturados de 14,9% para 44,8% entre 1970 e 1980, período em que a taxa média anual de crescimento desse segmento foi de 36,3%.

Ao se tratar de políticas de comércio exterior, é necessário distinguir duas análises. A oferta exportadora potencial de um país reflete o desenho de sua estrutura produtiva. Assim, políticas de estímulo a setores industriais e agrícolas influenciam o potencial exportador. Sob essa óptica, o debate é até que ponto, no

como dissemos, enfocarão mais especificamente os instrumentos de uma política de promoção às exportações. Alguns dados, que vão até 1997, exemplificam questões usualmente apontadas quando se trata da pauta exportadora brasileira.

Os vinte principais produtos exportados contribuem com mais de 50% das exportações brasileiras. São, basicamente, produtos primários, embora também se destaquem as exportações do complexo automotivo. De forma geral, as exportações concentram-se em poucos mercados: os dez principais mercados de destino absorvem mais de 70% dos produtos vendidos. Excetuando-se os países da América Latina, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, os outros principais mercados de exportação dos produtos brasileiros são pouco diversificados.

Quando olhamos para dentro do país, vemos que relativamente poucas empresas participam do esforço exportador: apenas cem empresas foram responsáveis por 50% das exportações totais em 1997. Quando aumentamos esse universo para duzentas empresas, o percentual cresce pouco, atingindo 63%.

TABELA 2 - Índice de concentração das exportações - 1997 (%)

Total	Índices
Total 10	35,42
Total 20	52,37
Total 30	61,98
Total 40	68,16
Total 50	72,17
Total 60	75,16
Total 70	77,44
Total 80	79,28
Total 90	80,84

Obs.: Percentual do valor dos 10 até 90 principais exportados no total das exportações brasileiras. Fonte: SECEX/MICT.

ARTIGO

ou medidas alternativas podem ser tomadas em circunstâncias associadas aos problemas de estabilização da economia brasileira. O ponto central é a percepção de que falta disciplina em relação ao poder discricionário do Executivo na alteração de alíquotas de importações, o que não é desejável. Um dos papéis fundamentais do governo é formular regras que minimizem as incertezas inerentes à formulação das expectativas dos agentes econômicos.

Difusão de informações, um arcabouço institucional bem definido e regras estáveis são condições necessárias para que a atividade exportadora possa ser melhor explorada. No entanto, outras medidas também são necessárias para impulsionar as exportações de forma significativa, como o governo deseja. Uma se refere ao aumento de disponibilidade de crédito para as exportações: financiamento é um dos fatores determinantes na concorrência internacional. Para a

Organização Mundial de Comércio, a concessão de créditos com taxas inferiores às de mercado não constitui subsídio, desde que a taxa supere o custo. Diversos programas têm sido implementados nos últimos anos, como o Programa de Financiamento às Exportações (Proex, operado pelo Banco do Brasil), o BNDES-Exim, o Programa de Crédito ao Comércio Exterior (também do BNDES), além do fundo especial para as pequenas e médias empresas, recentemente criado, e da regulamentação do seguro de crédito às exportações.²

Em paralelo, medidas de redução do chamado "custo Brasil", como a desoneração do ICMS nas exportações de produtos primários e semimanufaturados, poderiam elevar a

TABELA 3 - Índice de concentração das exportações por mercado de destino do produto - 1997 - %

Produto	Índice
Minérios de ferro e seus concentrados	73,20
Café cru em grão	77,03
Farelo e resíduos da extração do óleo de soja	82,89
Soja mesmo triturada	86,74
Calçados, suas partes e componentes	89,97
Veículos automóveis de passag. inclusive os ckd	93,47
Partes e peças p/veículos automóveis e tratores	86,23
Semimanufaturados de ferro ou aço não ligados	89,97
Motores de pistão, suas partes e peças	89,49
Fumo em folhas e desperdícios	73,36
Alumínio em bruto	99,33
Açúcar de cana ou de beterraba, em bruto	77,29
Suco de laranja congelado	97,95
Pasta química de madeira, a soda ou ao sulfato	94,29
Prods. laminados planos de ferro ou aço n/ligados	67,62
Veículos de carga	37,60
Carne de frango ou galinha, cong., fresca, ou refrig.	83,33
Couros e peles, exceto em bruto	78,46
Bombas, compressores e suas partes	76,36
Açúcar refinado e outros açúcares	74,59

Obs.: Percentual dos 10 principais mercados de destino do produto exportado no total das exportações do produto. Fonte: SECEX/MICT.

competitividade do produto brasileiro.

Facilidades de crédito às exportações, eliminação de fatores de distorção na determinação de preços

relativos, construção de arcabouços institucionais que assegurem melhor articulação no sistema de difusão de informações e previsibilidade de regras, promoção de programas de melhoria de qualidade e estratégias de comercialização - são exemplos de medidas que o governo pode continuar perseguindo ou, em alguns casos, pode desde logo adotar, e que produzirão externalidades positivas sobre as exportações. No entanto, ainda permanece uma questão: esses fatores são suficientes para promover um expressivo aumento das exportações, tomando-se como referência a meta de crescimento anual de cerca de 17% nos próximos cinco anos?

Algumas variáveis, como a demanda mundial, estão fora do controle do

governo. Outras, objeto de debates constantes, como a política cambial, poderão favorecer um maior incremento das exportações, na hipótese de uma desvalorização. Deixemos de lado essa questão, que envolve considerações não estritamente relacionadas a uma política de promoção das exportações e que, no momento, não parece estar sendo cogitada pelo governo.

O crescimento recente das exportações de manufaturados se explica principalmente pelas vendas no âmbito da Aladi, em especial o Mercosul.

TABELA 5 - Exportações brasileiras por mercado de destino (%)

Período	ALADI	MERCOSUL	Estados Unidos	União Européia	Ásia	Oriente Médio	África	Demais
1970	11,06	--	24,68	34,93	2,96	0,64	2,15	6,77
1980	17,18	--	17,42	27,15	3,75	5,16	5,73	5,94
1990	10,21	4,20	24,59	30,92	9,33	3,44	3,24	4,07
1997	25,66	17,07	17,75	27,39	14,59	2,75	2,87	2,20

Fonte: SECEX/MICT.

Entre 1997 e 1996, por exemplo, a taxa de crescimento desse agregado para o Mercosul foi da ordem de 25%. Para os Estados Unidos, o segundo grande mercado de destino depois da Aladi, essa taxa foi próxima de zero. Pensar a agenda de integração como fator facilitador de acesso a mercados é, portanto, uma das formas de incremento às exportações. Na hipótese de se completar a agenda sul-americana de integração com um acordo entre o Mercosul e os países da Comunidade Andina, o próximo

passo seria pensar a Alca. Salienta-se, porém, que independentemente do balanço de riscos e oportunidades ligados à Alca, o processo de liberalização de mercados só será iniciado a partir de 2005, caso se cumpra o acordo estabelecido na reunião de Miami em 1994.

Destaca-se também o crescimento que vem sendo observado no complexo automobilístico. No entanto, políticas especiais, como o regime automotivo, que vinculam importações às exportações, são contrárias às atuais regras da OMC e não podem servir de modelo para uma política de promoção às exportações.

Finalmente, resta a questão do impulso exportador via transformação da pauta, o que, na prática, significa uma concentração em produtos de maior valor adicionado. Subsídios a atividades de pesquisa e desenvolvimento estão no grupo de subsídios permitidos pela OMC. Por outro lado, dado que tecnologia é uma das principais fontes de crescimento econômico e de criação de vantagens comparativas, a concessão de subsídios - articulada com uma política científica e tecnológica que privilegie parcerias com o setor privado e investimentos em educação e pesquisa básica - poderia impulsionar a transformação da pauta de exportações no médio prazo.

No passado, o incentivo especial às exportações de manufaturas complementava uma política de crescimento pautada na industrialização através do modelo de substituição de importações. No momento atual, a melhoria do perfil competitivo das exportações está mais associada ao estabelecimento de condições que promovam o aumento de produtividade dos setores como um todo. Isso não significa que não seja fundamental definir claramente uma política de comércio exterior. As condições

ARTIGO

necessárias são, entre outras, a montagem de uma estrutura bem definida e transparente de administração do comércio, a permanente articulação entre setor privado e governo na identificação de oportunidades e a criação de canais de difusão de informações. A margem para a prática de subsídios setoriais seletivos é quase inexistente na OMC em relação aos produtos manufaturados, o que exige, portanto, políticas de caráter horizontal.

Os instrumentos disponíveis para promover um aumento significativo na taxa de crescimento das exportações dependem de políticas permanentes e de mudanças de condições que não podem ser implementadas no curto prazo e nem sempre alcançam resultados imediatos. No momento, mais importante que a meta de 17% anuais de crescimento das exportações é a sinalização e adoção de

medidas que assegurem um cenário propiciador de expectativas favoráveis ao setor exportador.

Lia Valls Pereira é Economista do Ibre/ Ceeg. Parte deste artigo foi publicada originalmente na revista *Conjuntura Econômica* de abril de 1998, da Fundação Getúlio Vargas.

NOTAS

1. Assael, H. e Kuwayama, M. *Políticas industriales y comerciales en el marco del nuevo sistema de comercio: hacia un estudio comparativo entre Asia Oriental y América Latina*. Novembro 1997, LC/L.1080, Cepal, Santiago do Chile.

2. A principal disciplina atual seria a tarifa externa comum do Mercosul e as tarifas consolidadas na OMC. Mas, em relação à primeira, exceções temporárias já foram negociadas. Quanto à segunda, dado que as tarifas consolidadas (compromisso em relação às tarifas) na OMC é superior às tarifas praticadas, há sempre margem para alguma elevação ou variação nas alíquotas.

TABELA 6 - Exportações brasileiras por fator agregado dos principais blocos de países Jan./dez. - 1997/96 (%)

Produtos	Crescimento 1997/96	Participação	
		1996	1997
União Européia	13,27	100,00	100,00
Básicos	28,61	47,19	53,58
Semimanufaturados	2,94	14,62	13,29
Manufaturados	-1,72	38,19	33,14
Ásia	-0,73	100,00	100,00
Básicos	19,08	33,29	39,93
Semimanufaturados	-3,45	35,03	34,08
Manufaturados	-18,55	31,68	25,99
Aladi	24,46	100,00	100,00
Básicos	10,50	6,03	5,36
Semimanufaturados	16,22	4,08	3,81
Manufaturados	25,77	89,89	90,84
Mercosul	23,81	100,00	100,00
Básicos	8,46	6,98	6,11
Semimanufaturados	38,16	3,13	3,49
Manufaturados	24,50	89,89	90,39
EUA	2,47	100,00	100,00
Básicos	13,99	11,02	12,26
Semimanufaturados	5,76	21,06	21,74
Manufaturados	-0,42	67,92	66,00

Fonte: SECEX/MICT.

ENCONTRO

XXVI Encontro Nacional de Economia

Estão abertas até o dia 31 de julho próximo as inscrições de trabalhos para o XXVI Encontro Nacional de Economia, que será realizado em Vitória, Espírito Santo, de 8 a 11 de dezembro. Os interessados deverão enviar uma cópia para cada um dos membros da área escolhida (relação abaixo) e outra para a secretaria executiva da ANPEC (UFBa - Universidade Federal da Bahia, Praça 13 de Maio 6, 5º andar, sala 503, Piedade, CEP 40070-010, telefones (071) 329-2273, fax (071) 329-2273). A cópia para a secretaria deverá ser acompanhada de disquete identificado com o artigo (Word for Windows 6.0 ou superior) e de carta(s) do(s) autor(es), contendo as seguintes informações: nome(s), completo(s), instituição de origem, endereço comercial e residencial, telefone residencial e comercial, número de fax para contato, e-mail, área para qual foi submetido o artigo e áreas de especialização do(s) autor(es). Comunicações deverão ser encaminhadas diretamente para a secretaria executiva.

Padrão: papel carta, 85 toques por linha, 45 linhas por página, 20 páginas (máximo) para artigo e duas (máximo) para comunicação.

ÁREAS

ÁREA I - História do Pensamento Econômico, Economia Política, Teoria Econômica e História Econômica

Fábio Dória Scatolin (UFPR)
Marcos Fernandes (FGV-SP)
Angela Ganem (UFF)
Paulo Antônio de Freitas Balanco (UFBa)

ÁREA II - Macroeconomia, Macroeconomia Aberta e Economia do Setor Público

Roberto Campos Moraes (UFRGS)
Marina Mello (PUC/RJ)
Maria Luiza Falcão Silva (UnB)
Siegfried Bender (IPE/USP)

ÁREA III - Comércio Internacional, Economia Industrial, Economia da Tecnologia e Economia do Trabalho

Maria Cristina Terra (EPGE/FGV)
Paulo Eduardo de Andrade Baltar (UNICAMP)
David Kupfer (IE/UFRJ)
Antônio Lisboa Teles (CAEN/UFCE)

ÁREA IV - Economia Regional e Urbana, Economia Agrícola, Economia do Meio Ambiente, Demografia Econômica e Economia da Energia

José Lamartine Távora Júnior (PIMES/UFPE)
Tomas Peter Hurtienne (NAEA/UFPA)
Cesar Roberto Leite da Silva (PUC/SP)
Paulo Brígido Rocha Macêdo (CEDEPLAR/UFMG)

CADASTRAMENTO

GUIA DE CONSULTORES

Como anunciamos anteriormente, estamos cadastrando economistas que atuam nas áreas de consultoria, perícia e auditoria, com o objetivo de publicar um Guia de Economistas Consultores. Para se cadastrar, basta ter registro no Conselho, estar em dia com as anuidades e preencher uma ficha em nossa sede. É bom ressaltar que a publicação dará prioridade aos profissionais que estejam, efetivamente, atuando nas áreas citadas. Para mais informações e detalhes sobre o formulário, procurar a Secretaria de Registro e Fiscalização do Corecon.

XXV ENECO

Encontro Nacional de Estudantes de Economia

Será realizado de 19 a 25 de julho de 1998 na Universidade Federal do Pará, em Belém, o Encontro Nacional de Estudantes de Economia, realizado pelo centro acadêmico de economia da UFPA e pelo CORECON - 9ª Região, tendo total apoio do CORECON/RJ.

A reforma do setor elétrico e o Rio de Janeiro

O setor elétrico está sendo radicalmente transformado. A estrutura de monopólios estatais, operados pelo custo do serviço, está sendo abandonada. Outra estrutura está emergindo, com empresas privadas e desverticalizadas, operando em regime concorrencial na geração e em regime de tarifas incentivadas na transmissão e distribuição. É uma mudança radical, com muitos impactos econômicos, alguns passíveis de serem antecipados, embora não perfeitamente quantificados.

A expectativa é de que a privatização e, principalmente, a introdução da concorrência venham a melhorar a qualidade dos serviços elétricos e reduzir os custos setoriais, provocando redução real de tarifas. Há boas razões para se acreditar que essas expectativas poderão ser satisfeitas, se a reforma for bem conduzida. É o que vem acontecendo em outras partes do mundo onde processos similares ocorreram.

Mas a experiência internacional também ensina que, nesse tipo de reforma, não há apenas ganhadores. Na Inglaterra, por exemplo, a empresa mineradora de carvão perdeu muito (e, com ela, as regiões produtoras desse combustível), mas ganharam muito os acionistas das empresas elétricas privatizadas. Em menor escala, também ganharam os consumidores de eletricidade. Cabe, portanto, a pergunta: o que pode ganhar ou perder o Rio de Janeiro com a reforma do setor elétrico brasileiro?

Para responder a essa questão, é importante ter presente:

(a) A economia fluminense consumiu em 1977 cerca de 29,9 TWh, dos quais apenas 14,6 TWh foram gerados em seu território; mais de 53% do consumo estadual são importados, essencialmente através de duas linhas de transmissão com origem em Cachoeira Paulista e Itutinga;

(b) Na hora de pico, a carga do estado do Rio atingiu 6.989 Mwh/h em março do corrente ano, e a capacidade máxima de atendimento (geração local mais as importações pelas linhas de transmissão) soma 7.350 Mwh/h; portanto, a reserva de capacidade para atender alguma eventual emergência não chega a 400 Mwh/h (pouco mais de 5%).

Estes números indicam que o abastecimento elétrico da economia fluminense padece de forte vulnerabilidade. Furnas está executando obras emergenciais que permitirão aumentar

em cerca de 480 Mwh/h a capacidade de abastecimento elétrico fluminense. Mas a eliminação desse estrangulamento ao desenvolvimento da economia regional exige pesados investimentos em transmissão ou, alternativamente, significativa expansão da geração local.

Na estrutura institucional do passado, a solução para esse problema seria dada por Furnas, atendendo ao planejamento da expansão realizado no âmbito do Grupo Coordenador do Planejamento Setorial (GCPS), coordenado pela Eletrobrás. Na nova estrutura, a solução deverá emergir das forças do mercado, a partir dos sinais de preço contidos nas tarifas de transmissão e no mercado atacadista de eletricidade.

O atual estrangulamento deverá redundar em tarifas de transmissão elevadas para importar energia, já que as linhas de transporte para o Rio de Janeiro estão congestionadas. Assim, o preço da eletricidade no mercado atacadista fluminense será mais elevado que nos estados vizinhos, na medida em que os geradores de outros estados terão que agregar, ao seu custo de geração, a tarifa de transporte até o mercado local. Em outras palavras, nas condições atuais, as regras do novo mercado elétrico levarão os consumidores fluminenses a pagar mais pela eletricidade do que, por exemplo, os consumidores paulistas ou mineiros, onde não existe o estrangulamento descrito.

Imagina-se que esta será uma situação temporária. Teoricamente, a oportunidade de grandes lucros para quem descongestionar as linhas de transmissão deve motivar os investidores privados a se movimentar para eliminar o estrangulamento. Isso ocorrendo, o preço da energia no mercado atacadista fluminense seria reduzido para seu patamar de equilíbrio econômico. Caso a teoria se confirme, os habitantes do estado teriam, no curto prazo, uma perda de renda, associada à majoração do preço da eletricidade praticado no mercado atacadista do Rio de Janeiro. Mas essas perdas, eventualmente, poderiam ser compensadas no longo prazo, com os ganhos decorrentes dos investimentos locais em geração.

É muito importante notar que o início imediato de um agressivo programa de investimentos é essencial para que os ganhos de longo prazo superem as perdas de curto prazo, pois o consumo segue crescendo em ritmo forte. A falta

de investimentos provocará não somente a elevação do preço da energia do mercado atacadista fluminense, como também a deterioração na qualidade dos serviços elétricos estaduais. Em tal situação, as perdas para o Rio de Janeiro serão pesadas, pois muitos negócios irão para outras regiões do país.

Infelizmente, as condições atuais não são favoráveis para as decisões de investimentos, que se pretende sejam privadas. Permanecem indefinidas as regras para o mercado atacadista elétrico, fundamentais para que possam ser estabelecidas expectativas quanto ao preço da eletricidade. Por outro lado, o preço do gás natural, principal alternativa para a geração local de eletricidade, continua sendo administrado segundo critérios que não são transparentes para o mercado. (Como se explica que o preço do gás natural em São Paulo e no Rio de Janeiro seja o mesmo, senão pelo fato de que os consumidores fluminenses estão subsidiando os paulistas?) A isso, agrega-se o fato de que a desverticalização e as restrições impostas às concessionárias, no que se refere à reverticalização, repassam para órgãos reguladores (federal e estadual) a responsabilidade de garantir que os investimentos nas diversas etapas da cadeia elétrica ocorram no volume necessário, na proporção correta e em tempo adequado para satisfazer a demanda. Esses órgãos, ainda em fase de organização, não foram testados na sua capacidade de cumprir a difícil tarefa que lhes foi confiada, gerando incertezas que dificultam as decisões de investimento.

Esse quadro não permite que sejamos otimistas quanto ao comportamento dos investidores, pelo menos no curto prazo. Os riscos que os projetos elétricos têm de enfrentar são muito elevados, o que dificulta a tarefa de convencimento dos provedores de fundos, sempre desconfiados da rentabilidade. É provável que os consumidores fluminenses convivam com tarifas elétricas mais elevadas que a dos estados vizinhos durante algum tempo, caso não sejam adotadas medidas transitórias para proteger o mercado local das atuais inadequações da rede de transmissão. É preciso notar que essa situação resulta de um processo histórico, pois o sistema elétrico foi concebido para operar em regime cooperativo, através de empresas estatais. Não é justo, portanto, que os custos de passagem para um regime concor-

rencial, operado por empresas privadas, sejam repassados para a economia fluminense, enquanto os benefícios são apropriados por outros estados da Federação.

Para evitar essas perdas, é essencial que se definam regras de transição capazes de preservar o equilíbrio tarifário regional e, sobretudo, a qualidade dos serviços. Para uma economia com o nível de sofisticação tecnológica da fluminense, não é aceitável que a qualidade dos serviços elétricos regreda para níveis semelhantes aos do último verão. É importante não ter ilusões: a superação da difícil situação atual passa por substanciais investimentos nos dois segmentos: geração local e reforço da transmissão.

Para evitar que boa parte dos custos dessa reforma sejam repassados para os fluminenses, cinco aspectos merecem particular atenção:

(a) Os contratos iniciais das empresas geradoras que abastecem o Rio de Janeiro, pois eles determinarão a maior parcela do custo do abastecimento elétrico do estado nos próximos oito anos;

(b) as tarifas de transmissão que serão definidas para os "nós" do sistema elétrico fluminense, pois elas não só terão impacto nas tarifas para os consumidores finais, como serão um dos principais incentivos para a geração local;

(c) Os planos de investimento da concessionária de transmissão que será separada de Furnas, pois as tarifas de transmissão e a qualidade dos serviços elétricos deverão evoluir, pelo menos a curto prazo, em função desses investimentos;

(d) Os planos de investimento das concessionárias de distribuição (Cerj e Light), pois a qualidade dos serviços elétricos, principalmente no caso dos pequenos e médios consumidores, depende essencialmente dos programas de investimentos dessas concessionárias;

(e) As condições que serão oferecidas para a expansão termelétrica, particularmente no que se refere ao preço do gás natural, e as condições econômicas de acesso à energia não garantida das centrais hidrelétricas, pois o equacionamento da vulnerabilidade elétrica estadual não ocorrerá sem uma forte expansão do parque gerador térmico.

Adilson Oliveira é Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde integra o Grupo de Energia.

- SIMPÓSIO -

XVII SINCE – Infra-estrutura e desregulamentação: desafios para o desenvolvimento

O XVII Simpósio Nacional de Conselhos de Economia, promovido pelo Conselho Regional de Economia do Paraná e pelo Conselho Federal de Economia, será realizado de 1 a 4 de setembro próximo em Foz do Iguaçu, Paraná, com o programa abaixo especificado.

PROGRAMA

1 de setembro

9 às 17h

Credenciamento dos participantes do evento

19h

Solenidade de abertura

Entrega do 8º Prêmio Paraná de Economia

19h30

Palestra inaugural: Infra-estrutura e Desregulamentação – Desafios para o desenvolvimento

• Palestrantes:

Tomás Bruginski de Paula (Ipea)

Fernando Perrone (BNDES)

• Debatedores:

Clélio Campolina (UFMG)

Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado (Cofecon)

21h30

Jantar de confraternização

2 de setembro

9h às 12h

Inscrições nos Grupos de Trabalho (GTs)

13h30 às 14h

Instalação dos Grupos de Trabalho por membros indicados pela comissão organizadora e escolha

dos coordenadores e relatores, ambos delegados, pelos integrantes dos GT's

14 às 18h

Exposições e debates nos GTs

GT 1 – Desregulamentação das Profissões e Estrutura do Sistema Cofecon/Corecon's

• Expositores: Antônio Carlos S. Barreto (Cofecon), José Luiz Pagnussat (Corecon/DF), Francisco B.B. de Magalhães (GIMCEA)

GT 2 – Formação do Economista e Mercado de Trabalho

• Expositores: José Rubens Damas Garlipp (Ange), Carlito Roberto Zanetti (Cofecon), Vander Piaia (Corecon-PR)

GT 3 – Financiamento à Infra-Estrutura – Concessão de Rodovias

• Expositores: André Fialho (SETR/PR), Eduardo Rattón (UFPR)*

• Debatedores: Carlos Augusto Albuquerque (FAEP), José Alberto Ribeiro (ANEOR), Representante do BNDES*, Representante da Agência Estadual de Regulação (RS)*

19 às 21h

Palestra: Infra-estrutura e Integração no Mercosul

• Palestrante: Romar Teixeira Nogueira (Itaipu)

• Debatedores: Antônio Corrêa de Lacerda (Cofecon), Jorge Luis Von Horoch (Min. da Ind. e Com. Paraguay)*

3 de setembro

9 às 12h

Relatoria dos GT's

Reuniões Extraordinárias (Cofecon, Fórum de Presidentes, Fenecon, Ange)

14 às 17h30

Apresentação de propostas para discussão no âmbito dos GTs

19 às 21h

Palestra: Mercado de Trabalho no Brasil

• Palestrante: Márcio Pochmann (Unicamp)

• Debatedor: Juarez Varallo Pont (Cofecon)

4 de Setembro

9 às 12h

Apresentação e aprovação dos relatórios finais dos Grupos de Trabalho

Moções

14 às 18h

Plenária final

* A confirmar

MAIS INFORMAÇÕES:

Conselho Regional de Economia - 6ª Região - Paraná, Rua Nicolau Maeder, 89, Alto da Glória, CEP 80.030-330, tel. (041) 352-2820, fax (041) 253-9447. E-mail: corecon-pr@cofecon.org.br

CARTA DOS LEITORES

"Sou professor de Economia na Universidade Católica de Pelotas e um leitor assíduo do *Jornal dos Economistas* do Corecon-RJ. Queria cumprimentá-los por seu excelente trabalho em defesa da pluralidade de idéias do debate econômico e da defesa que vocês fazem acerca de nossa profissão. Tiro cópia de muitos dos artigos que saem no *Jornal dos Economistas*, que utilizo em minhas aulas como ilustração de algum assunto teórico. Tenho muita satisfação em ler esse jornal. Recebam meus cumprimentos e sinceros agradecimentos por permitirem que eu faça parte do seletivo grupo de leitores do seu jornal. Cordiais saudações, prof. João Neutzling, Pelotas, RS.

LANÇAMENTOS DO CONSELHO

O Corecon-RJ, IERJ e Sindecon lançaram as publicações:

- Perfil dos Economistas
- Guia dos Consultores em Economia
- VIII Prêmio de Monografia
- Ensino de Economia – Questões Práticas e Empíricas

As publicações foram editadas para estimular a difusão de atividades ligadas à capacitação, ao ensino e ao acesso à informações acadêmicas ou de pesquisas básicas. Solicite o seu!

Comércio eletrônico global: impactos econômicos e fiscais

Comércio eletrônico é um termo ainda sem definição precisa. Na mídia, é utilizado com pelo menos dois significados, que diferem entre si pela abrangência. *Lato sensu*, significa o conjunto das tecnologias e serviços utilizados na interligação de computadores de organizações que realizam transações entre si; abrange, neste caso, a compra e venda de produtos materiais através de ordens eletrônicas. *Stricto sensu*, significa operações de compra e venda de serviços imateriais, passíveis de serem transferidos por meio eletrônico.

Definir comércio eletrônico não é apenas uma questão conceitual. Tem importantes implicações nos termos que serão acertados em acordos no âmbito da Organização Mundial do Comércio. A proposta do presidente Clinton é liberar a Internet de controles governamentais e de impostos, permitindo assim a livre transferência de dinheiro, mercadorias e serviços, o que representaria um impulso ao processo de globalização.

Em seu sentido amplo, o comércio eletrônico existe há pelo menos vinte anos, através do Electronic Data Interchange (EDI), uma tecnologia que interliga computadores de diferentes organizações. Por ser um sistema restrito a empresas pré-qualificadas, o EDI se difundiu mais rapidamente em redes hierarquizadas de firmas - como as indústrias automobilística e farmacêutica, onde os produtos são conhecidos e os parceiros são relativamente estáveis - e nas transações financeiras. Cada cadeia produtiva tende a desenvolver seu próprio padrão de EDI com base nas necessidades específicas do seu ramo. Os padrões são geralmente organizados por associações de firmas que já mantêm entre si fortes relações comerciais. Padrões internacionais abertos, como o Edifact, recomendado pelas Nações Unidas, facilitam o acesso universal às redes e

podem ser adaptados a grupos específicos de usuários. O EDI é apropriado para redes produtivas bem articuladas, nas quais os parceiros estão definidos e os fluxos de transações são relativamente regulares.

Já a Internet utiliza padrões inteiramente abertos, com modelos de arquitetura cliente-servidor. Tais características oferecem as vantagens do acesso universal, baixo custo e ampla flexibilidade, pois aplicações particulares podem ser programadas. A arquitetura aberta foi uma garantia para a própria existência da Internet, pois era a única forma de permitir que computadores que utilizam diferentes sistemas operacionais troquem informações entre si. Seu desenvolvimento vem dando nova dinâmica e direção para o comércio eletrônico. Sendo um conjunto de diferentes redes de computadores interconectadas através de um protocolo de comunicação comum, a Internet é composta por comunidades específicas de usuários, o que faz dela, como escreveu Eduardo Diniz, "um canal de conexão entre grupos de usuários baseados em diferentes culturas de conectividade e comunicação".

Conectando redes em mais de 180 países, a Internet tinha 60 milhões de usuários em 1997. Desde o início dos anos 80, a rede aproximadamente dobra de tamanho a cada ano, em termos do número de computadores conectados. Interessadas em explorar esse potencial, empresas iniciaram a venda direta de seus produtos para o mercado mundial a partir de 1993, quando o uso comercial da Internet foi liberado nos Estados Unidos.

O potencial comercial da Internet não reside especialmente nas pessoas físicas, mas sim nas empresas que realizam transações de compra e venda entre si, movimentando um volume de negócios que, segundo *The Economist*, é dez vezes maior do que

as vendas ao consumidor final. Além disso, as empresas já faziam negócios de forma remota, via telefone ou fax, tendo assim menos resistências "culturais" à transação eletrônica do que o usuário individual, cuja cultura de compras está mais associada ao espaço físico. A rede tem-se mostrado mais adequada para oferecer serviços pessoais, como o *home banking*, ou divulgar informações sobre produtos e preços antes do consumidor decidir pela compra. Ou seja, ainda é mais uma ferramenta de *marketing* do que de venda final.

O comércio eletrônico entre firmas, por outro lado, tende a ter uma difusão muito mais rápida. Empresas pioneiras transferiram grande parte de suas compras de insumos para a rede, abrindo oportunidades de negócios para fornecedores não tradicionais. As compras globais da General Electric, por exemplo, totalizam US\$ 60 bilhões, quantia mais que suficiente para atrair uma rede completa de fornecedores em todo o mundo. Apesar de existirem problemas técnicos, pesquisadores como Saffo estimam que, após o ano 2.000, 60% das operações comerciais entre empresas nos Estados Unidos serão feitas via Internet.

No Brasil, o uso da Internet vem crescendo a taxas equivalentes ao dobro da média mundial. Em 1998, o país já era o décimo-terceiro maior usuário mundial, com 55 mil domínios e cerca de 2 milhões de usuários, o que equivale a mais da metade de todos os usuários na América Latina. Dois fatores contribuíram para essa rápida difusão da Internet entre nós. Primeiro, o trabalho desenvolvido pela Rede Nacional de Tecnologia (RNT), um programa governamental gerido por um comitê integrado por acadêmicos e representantes da comunidade usuária. Desde 1989 a RNT vem investindo na implementação da infra-estrutu-

ra e na coordenação das atividades da rede, através do desenvolvimento de provedores e da infra-estrutura. A Internet Comercial, implantada em 1995, foi repassada para a iniciativa privada em 1998, e a RNT voltou seu foco às aplicações científicas e educacionais através da chamada "Internet 2", voltada para oferecer serviços educacionais, culturais e sociais. O segundo fator foi a acumulação prévia de capacidade tecnológica durante o período de reserva de mercado na informática, quando milhares de engenheiros estiveram envolvidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Hoje, muitos desses profissionais são provedores de Internet, programam aplicações ou dão suporte a usuários. Preocupa, porém, o baixo índice de matrículas em universidades e escolas técnicas, bem como o insuficiente acesso à informática por parte de estudantes de primeiro e segundo graus no Brasil. As oportunidades de aprendizado são limitadas também nas micro e pequenas empresas, que não dispõem de recursos e competência para comprar e desenvolver sistemas, treinar pessoal e aplicar eficientemente as novas tecnologias da informação.

Quando enfocamos os fatores que dificultam a difusão do comércio eletrônico no Brasil, dois aspectos podem ser destacados: a infra-estrutura de telecomunicações e as chamadas "falhas de mercado". Nossa infra-estrutura não atende adequadamente a demanda em termos de digitalização e transmissão de dados. As empresas telefônicas se deparam com um mercado heterogêneo, e a grande maioria da população não tem recursos para assinar os serviços básicos. O idioma utilizado nas comunicações internacionais também constitui uma barreira. O inglês, língua materna de apenas 8% da população mundial, é o idioma usado em quase 80% da literatura do ramo. Ler em inglês

ARTIGO

permite o uso da informação, mas é necessário também escrever para comunicar-se e oferecer produtos e serviços na rede global de comércio eletrônico. Isso pode ser observado ao se avaliar o fluxo de dados pela Internet. Em 1995, cerca de 95% desse fluxo no Brasil era internacional (usuários brasileiros acessando sites no exterior), enquanto em 1997 mais de 40% do tráfego já havia se tornado doméstico, na medida em que surgiram sites locais.

O comércio eletrônico pode ter impactos de longo prazo sobre a arrecadação de impostos e taxas pelos governos locais e nacionais. Analisando o caso americano, Nathan Newman argumentou que a Internet é uma catástrofe para os governos estaduais e locais, que vêm perdendo receitas de mais de US\$ 3,3 bilhões por ano em impostos. Por causa de uma decisão da Suprema Corte, proibindo os estados de taxarem empresas de outros estados que vendem

para residentes locais, estados americanos não podem cobrar impostos sobre compras feitas pelo correio ou pela Internet.

Os Estados Unidos pretendem induzir outros países a seguir sua política, assegurando assim que tributos externos não interfiram sobre o potencial de crescimento do comércio eletrônico. No recente encontro da Organização Mundial do Comércio, realizado em maio de 1998 na Suíça, foi estabelecido um acordo para manter livre de impostos por um ano o comércio pela Internet (os artigos vendidos pela rede mas entregues pelo correio não estão incluídos). O acordo foi considerado uma vitória parcial dos Estados Unidos, país em que o comércio eletrônico está mais avançado. Já os países em desenvolvimento temem que, por meio da rede, se crie um sistema que facilite a fuga de receitas fiscais.

O controle das importações sobre as encomendas de produtos físicos

pela Internet é uma questão de regulamentação e fiscalização. Já no comércio virtual, no qual produtos e serviços são enviados via Internet, o controle dificilmente pode ser exercido. Se alguém no Rio de Janeiro acessa um servidor nos Estados Unidos e encomenda serviços gráficos, logotipos, peças publicitárias, filmes, música, serviços de digitação, tradução e editoração, projetos arquitetônicos, cálculos estruturais, desenhos técnicos, projetos industriais, estudos e informações econômicas, consultas e diagnósticos médicos via teleconferência e toda gama de produtos e serviços embutidos em multimídia, e se paga com cartão de crédito, a operação foge ao controle das autoridades fiscais.

A Internet constitui uma das tecnologias de maior impacto econômico potencial no próximo século, responsável pelo início de uma nova revolução nas comunicações globais. É uma miniatura do que será o setor

de telecomunicações no século XXI, uma rede global de superestradas da informação com rotas alternativas baseadas em fibra óptica, satélites e radiodifusão movimentando bits sem peso à velocidade da luz. Ela está constituindo um canal fundamental para atividades de pesquisa e comércio exterior, além de ser uma ferramenta essencial para gestão de empresas (Intranet) e para as relações entre empresas (Extranet). Sua difusão deve, portanto, ser vista como algo positivo para o aumento da produtividade e a competitividade da economia, além de ajudar a inserir o país na sociedade da informação. No entanto, cuidados devem ser tomados para evitar que o lado "destrutivo" desse processo supere o potencial "criador" de oportunidades econômicas e de bem-estar social.

Paulo Bastos Tigre é Professor-titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CURSO

Perícia Econômica

O curso tem por objetivo fornecer conhecimentos básicos, teóricos e práticos, da atividade pericial.

Oferece novas oportunidades de trabalho, já que a atividade pericial, por ser também regulamentada para a profissão de economista, constitui uma especialização, o que abre novos horizontes tanto para aqueles que têm larga experiência profissional quanto para os recém-formados.

Com duração de 15 horas de aula, o curso será realizado pelos instrutores José Roberto de Lacerda Santos, economista e matemático, e Mário Guimarães Nines Pinto, economista e contador.

DIAS E HORÁRIOS: 07/08/98 (sexta-feira)
14h às 18h e de 19h às 22h
08/08/98 (sábado)
8h às 12h e de 14h às 18h

PREÇOS: R\$ 280,00 para associados das entidades dos economistas, com pagamento em dia
R\$ 350,00 para não-associados

INFORMAÇÕES: Tels. (021) 509-1077 e 224-0578
(falar com Madalena ou Júnior)
Fax (021) 509-8121

PROMOÇÃO: IERJ, Corecon-RJ, Sindecon-RJ

A S S I N A N T E

AGROANALISYS

A REVISTA DE

ECONOMIA

AGRÍCOLA DA

FUNDAÇÃO

GETULIO

VARGAS

Única revista de economia agrícola produzida por um centro de estudos econômicos. É indispensável para quem precisa compreender a economia brasileira.

Mario Henrique Simonsen

Sou leitor de Agroanalysis, de agora e de antes. Quando a publicação se interrompeu, ficou um vazio nunca preenchido por outras revistas. Informação tem valor; só percebemos quando precisamos dela e não a temos

José Graziano da Silva

Associados ao Corecon/RJ, Ierj/RJ e Sindecon/RJ obtêm 20% de desconto na assinatura apresentando o nº de registro.

R\$ 55,00

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
Tel.: (021) 551-0698 — Fax: (021) 551-7801

ENTREVISTA

Renato Baumann

O Brasil negocia em várias frentes, com cenários em aberto

Formado em economia pela Universidade de Brasília, onde é professor, Renato Baumann fez o doutorado na Universidade de Oxford, na Inglaterra. Funcionário do Ipea, está licenciado desde 1989 para trabalhar na Cepal. Desde janeiro de 1995 chefiava o escritório desta instituição no Brasil. Publicou dezenas de artigos técnicos e diversos livros, entre os quais *A nova economia internacional* (Editora Campus), que tem como co-autores Reinaldo Gonçalves, Otaviano Canuto e Luís Carlos Prado. Organizou também *O Brasil e a economia global* (Campus) e *Brasil-Argentina-Uruguai: A integração em debate* (com Juan Carlos Lerda, Editoras da UnB e Marco Zero), provavelmente o primeiro livro de economistas brasileiros sobre o processo de integração no Cone Sul. Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, comenta a atual agenda brasileira de negociações econômicas internacionais, marcada pela superposição de diferentes temas e fóruns.

JORNAL DOS ECONOMISTAS – Qual a trajetória recente do processo de integração econômica na América Latina?

RENATO BAUMANN – A idéia da integração ganha força na segunda metade dos anos 80, em um cenário de muita tensão, pois, além da crise em que o continente estava imerso, o processo de integração européia despertava apreensões. O principal resultado desse movimento foi, sem dúvida, a criação do Mercosul. Isso se reflete no volume de comércio entre o Brasil e os três parceiros dessa iniciativa: as exportações brasileiras para o Mercosul passam de US\$ 20 bilhões em 1980 para US\$ 53 bilhões em 1997, enquanto as importações, no mesmo período, passam de US\$ 23 bilhões para US\$ 61 bilhões.

J.E. – Do nosso ponto de vista, portanto, o desequilíbrio comercial aumentou.

RENATO – Ele não é necessariamente negativo. Ao contrário do que ocorre na Europa, o Brasil, de modo geral, não tem fronteiras com alta densidade de população e grande atividade econômica, situação que produz uma integração natural entre países vizinhos. Tampouco há, na América do Sul, agentes econômicos

com ações próprias que induzam ou determinem uma integração de fato, que os Estados apenas cuidariam de institucionalizar. Aqui, a decisão de integrar teve que ser de natureza política, subordinada portanto a uma lógica que torna tolerável o déficit comercial.

J.E. – Que outros aspectos compensam esse déficit?

RENATO – Além de seus resultados palpáveis na área comercial, o Mercosul tem sido muito útil como ferramenta de negociação. Mais do que qualquer outro país, o Brasil aprendeu que falar por quatro nos fóruns internacionais confere uma posição mais forte do que falar por si só. A diplomacia brasileira, aparentemente, vê isso com clareza hoje. Além disso, a pesquisa realizada pela Cepal e a CNI no ano passado mostrou que o Mercosul já pesa nas decisões de investimento das grandes empresas industriais, principalmente aquelas que atuam nos setores mais oligopolizados. Também há novidades importantes nos fluxos de investimento, que vão consolidando uma teia de interesses mais articulada, com a verticalização das estruturas produtivas atravessando as fronteiras. A linha branca, por exemplo, faz o

compressor de um lado e a chapa de aço de outro. As indústrias automobilística, química e farmacêutica têm adotado comportamentos semelhantes. Sob esse aspecto, o Mercosul já alcançou uma escala que dificilmente será revertida.

J.E. – Em que setores e regiões ocorrem os principais fluxos de investimentos impulsionados pelo Mercosul?

RENATO – Sobretudo no setor de alimentos e bebidas, alguns segmentos da indústria de bens de capital relacionados com a agricultura, alguma coisa na automobilística. O importante, nesse aspecto, não é a magnitude dos números ou seu peso percentual, mas o fato de que, em 1986, 3/4 do investimento bilateral se concentravam nos bancos comerciais, de parte a parte. Investimento associado ao setor produtivo real é um fenômeno posterior ao acordo Brasil-Argentina-Uruguai, e, especialmente, ao Mercosul. Isso cria uma nova rede de negócios, que não obedece ao mesmo tipo de lógica que prevalecia antes. Os dados mostram uma trajetória ascendente das transações intra-setoriais dentro do Mercosul.

J.E. – Como a questão do câmbio afeta essas transações?

RENATO – Os novos fluxos de comércio têm uma sensibilidade diferenciada a alterações de preços relativos. Alguns produtos, como trigo, são regulados por acordos; outros, como material de transporte, têm cotas; as *commodities* são regidas pelas bolsas. Nesses casos, o câmbio afeta a médio e longo prazos. Há produtos que se inserem em transações intra-setoriais ou intrafirmas. Se eu faço um compressor de um lado da fronteira e você faz a chapa do outro, uma mudança no câmbio não me leva a desfazer os enlances estabelecidos, pelo menos no curto prazo. Há, finalmente, um quarto grupo para o qual a taxa de câmbio efetivamente interessa. Estamos diante de uma realidade bem mais complexa.

J.E. – Que desdobramentos podem ser previstos?

RENATO – Em 1997, o Mercosul foi muito utilizado como ferramenta de negociação. O debate sobre como operar com ele, na condição de instrumento de desenvolvimento, talvez não tenha caminhado com a velocidade necessária. O Brasil ainda não tem clareza do que fazer com essa realidade que, para nós, não tem precedentes históricos. Este é o grande desafio, para o qual não temos respos-

"Não por acaso, a criação de uma área de livre comércio na América do Sul, a consolidação da Alca e o acordo entre o Mercosul e a União Européia estão previstos para um ano mágico, 2005"



FOTOS: WILSON PEDROSA - ARQUIVO: REVISTA RUMOS

ta. A primeira etapa tratou, com êxito, de temas difíceis, como a consolidação da tarifa externa comum. Executando-se um ou outro atrito localizado, a parte comercial está desenhada. A questão é: deve-se parar por aqui ou deve-se caminhar na direção de um mercado comum? Esta é uma idéia sempre em pauta - de grande interesse para as outras três economias do Mercosul, menores que a brasileira -, mas implica definições bem mais densas, relacionadas a um conjunto de considerações que têm a ver com a inserção internacional da região num contexto de globalização financeira e produtiva.

Neste ano, é grande a demanda por definições substantivas no âmbito do Mercosul, particularmente para os negociadores brasileiros. A Argentina sempre recoloca temas como harmonização macroeconômica, moeda comum, banco do Mercosul, política cambial coordenada, mas esse conjunto de iniciativas parece estar distante do horizonte atual. Foi possível até aqui incrementar bastante as trocas e os fluxos de investimentos sem fazer esse tipo de esforço. Hoje cabe perguntar se foi atingido um patamar que permita adiar essas outras discussões e conviver durante algum tempo com o que já foi alcançado.

J.E. - Como evoluíram os arranjos regionais nesses últimos anos? Como a estratégia de criação e consoli-

idação do Mercosul lidou com os demais países do continente?

RENATO - O acordo Argentina-Brasil-Uruguai, de 1986, e os demais atos subsequentes foram feitos no âmbito da Aladi, porque havia a preocupação explícita de sinalizar a possibilidade de adesão futura dos demais membros da Aladi ao Mercosul. Depois, no início dos anos 90, aumentou no Brasil o temor de que os benefícios do Mercosul se concentrassem nas regiões Sul e Sudeste, o que estimulou uma demanda, por parte dos estados do Norte e Nordeste, por algum tipo de proposta semelhante. Falou-se na criação de um Merconorte, mas a idéia não prosperou.

Mais tarde, Argentina, Uruguai e Paraguai aprovaram a proposta brasileira de criar, no futuro, a Área de Livre Comércio da América do Sul, que representaria uma aproximação do Mercosul com o Grupo Andino e o Chile, único país do continente que não pertencia - e ainda não pertence - a nenhum agrupamento. Em um terceiro momento, marcado pela reunião de cúpula de Miami, em dezembro de 1994, começa a se trabalhar a idéia da integração hemisférica. O Mercosul mostra então seu potencial de ferramenta negociadora, a que me referi, sustentando a posição cautelosa do Brasil.

Em 1996 e, principalmente, 1997, acontecem duas coisas: os esforços de

aproximação com o Grupo Andino se mostram bem mais complicados do que se imaginava, e o Congresso norte-americano se recusa a dar o *fast track* para que o Executivo acelere as negociações, em curso, com o Chile. Este país, que sempre manteve uma trajetória diferenciada no continente, começa a se aproximar do Mercosul, ao perceber que estava perdendo oportunidades de negócios. Em julho de 1997, firma um contrato de adesão que lhe garante um *status* diferenciado. Em dezembro seguinte, a Bolívia faz um movimento semelhante, embora receba outro *status*, pois ela pertence ao Grupo Andino.

J.E. - Desde, pelo menos, a reunião de Miami, paira sobre tudo isso a proposta de criação da Alca. Como ela se relaciona com os demais processos de integração em curso?

RENATO - Este é um quarto momento. Durante 1997, houve três reuniões de nível ministerial - a última das quais em Belo Horizonte - para debater a integração hemisférica, tendo a criação da Alca como meta. Nesse processo, ficou claro que o Mercosul é o único grupo de países que se apresenta de forma unificada, o que nos fortalece. Além disso, países geograficamente distantes demonstraram interesse em se aproximar do Mercosul. Foi aberto um processo negociador com o México, que ainda não foi concluído, e o

Mercosul assinou com o Grupo Andino, em abril deste ano, um acordo de aproximação, chegando-se a definir um cronograma que prevê, a partir do ano 2000, isenções tarifárias no comércio bilateral. Mais recentemente, foi firmado um acordo-marco com o Canadá, também na mesma direção.

J.E. - Há, portanto, uma superposição de negociações. Que perspectivas estão colocadas?

RENATO - Temos pela frente um ano mágico, que é 2005. Estão previstas para esse ano a criação de uma área de livre comércio na América do Sul (incluindo o Mercosul e o Grupo Andino), a consolidação da Alca (embora não se saiba muito bem o que isso significa) e o acordo entre o Mercosul e a União Européia. Essa simultaneidade não é gratuita, mas intencional.

J.E. - Por quê?

RENATO - Os países do Mercosul são menos dependentes do mercado dos Estados Unidos e do capital americano que os demais países do hemisfério. Com a intensificação das negociações que podem levar à integração hemisférica, os europeus manifestam interesse em não enfraquecer relações com seus parceiros daqui. Ou seja, olhando as coisas da perspectiva dos países do Mercosul, as negociações com a América do Norte e com a Europa se realimentam reciprocamente. Por exemplo: um dos pontos de maior interesse na relação com a Europa diz respeito às políticas agrícolas, que são um verdadeiro vespeiro. Eles só vão mexer nisso se houver um interesse muito grande em evitar perdas potenciais de mercado aqui.

J.E. - Ou seja, os cenários estão abertos, com processos múltiplos de negociação...

RENATO - Sim, e muita indefinição. A agenda dos negociadores brasileiros tem crescido de forma exponencial.

J.E. - Mas há uma data-limite...

RENATO - Ninguém sabe bem limite para quê. Se você perguntar aos americanos, eles vão dizer que em

— ENTREVISTA —

2005 teremos um mercado comum hemisférico aberto, incluindo os serviços. Se perguntar aos negociadores brasileiros, eles vão dizer que em 2005 provavelmente devem estar fechadas as negociações comerciais, para a partir de então entrar em vigor alguma coisa. O *timing* é importante e não está definido. Não se pode afastar sequer a possibilidade de uma "Alca menos um", ou seja, sem os Estados Unidos, pois sem o *fast track* talvez a negociação com esse país se mostre inviável. Mas, com ou sem a presença dos Estados Unidos, acho que ocorrerá algum tipo de integração mais intensa no hemisfério.

J.E. — Os 34 chefes de Estado estabeleceram, em Santiago do Chile, uma cronologia. Qual a importância disso?

RENATO — Já estava agendada uma reunião de cúpula para essa época, de modo que ela teria que existir. Mas, quando ela foi marcada, esperava-se que o presidente dos Estados Unidos chegasse lá com o *fast track*. Nesse caso, teríamos um cenário completamente diferente. Seria o momento para deslançar as negociações. Os ritmos seriam outros. O poder de barganha do Mercosul, com sua postura cautelosa, seria reduzido a pó.

Poucos meses antes, no entanto, o Congresso americano negou ao Executivo o *fast track*. Então foi preciso colocar temas novos, como educação, na agenda da reunião já programada, e a Alca passou a ser o enésimo item dessa agenda. Decidiu-se deslançar o processo, porque não havia como não deslançá-lo, e criar os grupos de trabalho. A primeira reunião comercial foi realizada recentemente em Buenos Aires. Alguma coisa está começando, mas num ritmo bem diferente do desejado pelos Estados Unidos e o Canadá.

J.E. — Nos últimos anos, nossos superávits comerciais com os Estados Unidos foram transformados em déficits significativos. Que impacto a eventual criação da Alca teria sobre isso?

RENATO — É difícil prever. Mas, trabalhando com cenários estáticos, o Ipea fez um exercício que apontou para a possibilidade de que, em um

primeiro momento, as importações brasileiras de produtos americanos cresçam duas vezes mais que as exportações para os Estados Unidos.

J.E. — Uma evolução muito desfavorável...

RENATO — É verdade, mas o exercício contém hipóteses muito restritivas. As alíquotas, por exemplo, seriam reduzidas a zero de um momento para outro. Ninguém pensa nisso.

J.E. — Mas, independentemente do resultado em si mesmo, o exercício serve para indicar uma tendência...

RENATO — Sim. Estão sendo feitos esforços para aperfeiçoar esse tipo de estudo, de modo a construir simulações que orientem nosso comportamento na mesa de negociações.

No momento, o grande temor não está no comércio de bens, mas no de serviços, no qual os países do Mercosul não têm competitividade, escalas, tecnologia e experiência. Somos

escapa. Têm tido êxito nisso. Do ponto de vista comercial americano, a América Latina é uma área de formação de superávits.

J.E. — Quais as especificidades do Brasil nesse processo?

RENATO — São muitas. Vejamos, por exemplo, o setor de bens de capital, que é muito relevante para o desenvolvimento, como transmissor de progresso técnico. Ao sul do Rio Grande só existem indústrias expressivas de bens de capital no México e em São Paulo. O resto praticamente acabou. Outra diferença — ou complicador — é a estrutura federativa brasileira, que cria dificuldades adicionais a qualquer proposta de harmonização fiscal. No Brasil, há uma forte presença dos estados, com 26 unidades tributando de forma diferenciada. Há, aliás, um conjunto de institucionalidades distintas: as legislações tributárias, trabalhistas e de previdência, as políticas de defesa do consumidor, o aparato arrecadador...

"É difícil chegar a um consenso no hemisfério americano, pois as realidades e os interesses são muito diferenciados"



marginais nesse mercado, no qual os Estados Unidos são os principais competidores. Hoje, a economia americana é mais exportadora de serviços, e seus interesses maiores talvez se concentrem aí. No limite, podemos imaginar uma negociação que facilite a venda de nossos bens em troca de maior acesso deles ao mercado de serviços. Tudo depende do que vai ser negociado, e em que termos.

J.E. — Tentemos visualizar essas questões do ponto de vista dos Estados Unidos. Como você resumiria a estratégia americana nesse processo?

RENATO — Os Estados Unidos convivem com um déficit comercial muito grande, e a experiência tem mostrado que eles não conseguem superar esse déficit com a Ásia, especialmente com China e Japão. Assim, eles têm procurado estimular o comércio com a América Latina, explicitamente, como válvula de

O imposto de renda é quase inexistente no Uruguai, por exemplo.

Outro aspecto fundamental, normalmente desconsiderado, é o peso relativo dos tributos relacionados com comércio e transações internacionais no total da arrecadação de cada país. No caso da OCDE, eles estão em torno de 1,5%. O Brasil é o único país do continente que está nessa faixa, com menos de 2%. Em todos os outros, eles equivalem a 5%, ou mais, e no Caribe eles chegam a 2/3 da arrecadação.

As dimensões de cada economia também variam muito. Alguns países querem apenas acesso ao mercado dos Estados Unidos. Não ambicionam competir em nenhum setor. Têm mão-de-obra barata e sonham produzir itens, como artigos de vestuário, em uma escala que não faz cócegas nas unidades produtivas americanas. Não é o caso brasileiro. As economias do Caribe, por sua vez, baseiam-se em serviços, e por isso

interessam-se em negociar essa área, o que não interessa ao Mercosul. A postura do Mercosul, a esse respeito, é principista: o que houver para negociar em serviços deve ser tratado no âmbito da OMC.

Isso mostra que estamos falando de realidades bastante distintas. É difícil chegar a um consenso, diante de interesses tão diferenciados.

J.E. — Ou seja, as assimetrias internas do hemisfério americano são bem maiores que as assimetrias do continente europeu...

RENATO — Certamente. Não se compara o peso da economia alemã na Europa com o peso da economia americana nas Américas. Mesmo se tirarmos os Estados Unidos e olharmos para a segunda maior economia do hemisfério — o Canadá —, veremos que ela está muitíssimo mais longe das economias hemisféricas mais pobres do que a Alemanha está de Portugal. Essa heterogeneidade do continente é um dos grandes complicadores nas negociações, pois desde o início foi aceito que as decisões no âmbito da eventual Alca serão tomadas por consenso, e não por voto, como já ocorre no Mercosul.

J.E. — Nos anos 80, tínhamos uma economia superavitária em termos comerciais, com déficit em serviços, e nossa inserção internacional era bastante equilibrada entre os diversos continentes. Nos anos 90, passamos a ser deficitários no comércio exterior, o déficit de serviços aumenta e perdemos posição em algumas regiões, como a Ásia. Como você vê essa evolução?

RENATO — A experiência do início dos anos 80, com a crise da dívida que se seguiu, mostrou que a aposta no mercado latino-americano foi ruim. Quebramos juntos. Isso dificultou a manutenção dos planos iniciais de integração no âmbito da Aladi. Nessa época, consolidou-se uma trajetória de diversificação, que já vinha dos anos 70, impulsionada sobretudo pela falência do continente e pela tentativa de compensar, em termos bilaterais, o desequilíbrio com os países produtores de petróleo. Em âmbito menor, houve alguma exploração de novos mercados na África e na Ásia.

ENTREVISTA

Hoje, a Ásia é uma incógnita. Os "tigres" e o Japão estão perdendo dinamismo, por razões financeiras. Nossa presença na China é marginal. Houve alguma tentativa de aproximação com a Índia, mas, com a explosão da bomba atômica, deve haver algum esfriamento nas relações. Há uma aproximação com a África, particularmente a África do Sul, mas são mercados com poder de absorção limitado. Quanto à Europa, está prevista a realização de uma conferência no Rio de Janeiro no próximo ano, que será o primeiro grande exercício formal de aproximação entre o Mercosul e a União Européia. Supostamente, nessa oportunidade devem ficar mais claros os rumos do nosso comércio com eles, mas é preciso considerar que o que resta na pauta negociadora com os europeus são questões sensíveis, como agricultura. Por outro lado, os mercados latino-americanos e dos Estados Unidos são importantes para absorver os produtos mais nobres da pauta brasileira de exportações.

J.E. – Uma eventual concentração do comércio exterior brasileiro no hemisfério americano não traz riscos para o futuro?

RENATO – Se a estratégia brasileira se esgotar no mercado regional, poderemos estar dando um tiro no pé. Trata-se de usar esse mercado regional como uma ferramenta de aprendizado e capacitação para poder explorar mercados mais sofisticados. É preciso construir o *know-how* necessário para isso. Quem quer se estabelecer no comércio exterior tem que aprender a dar assistência técnica, entregar os produtos no tempo certo, usar as melhores embalagens, saber o que os clientes mais valorizam, etc.

Por outro lado, é difícil pensar no efeito Alca, se ainda não sabemos o que a Alca será. Podemos fazer infinitos cenários. O exercício quantitativo feito pelo Ipea, a que me referi, mostra que se as barreiras fossem zeradas hoje seria um desastre. Mas ninguém defende isso. Há uma pressão do Poder Executivo dos Estados Unidos para apressar esse processo. Mas sem o *fast track* não há negociação propriamente dita. Aparentemente, o Brasil pretende

seguir negociando em várias frentes – Mercosul, restante da América Latina, Alca, União Européia –, deixando o cenário amadurecer com mais vagar. A agenda negociadora está aberta. Até porque já está na mesa, em âmbito mundial, a proposta de se fazer a chamada "rodada do milênio", que seria uma nova rodada de negociações multilaterais. Isso zeraria tudo.

J.E. – A tendência, de qualquer maneira, é no sentido de aumentar a integração hemisférica?

RENATO – Os chanceleres do Brasil e da Argentina têm dito que sem *fast track* não há negociação sobre a Alca. Nesse caso, é possível que a Europa também não demonstre interesse em abrir negociações. Fica tudo do jeito que está. Mas eu acho que, mesmo sem o *fast track*, ocorrerá algum tipo de aproximação com México, Canadá e outros países da América do Sul, a menos que haja um forte acidente de percurso. Não

zuela tem uma situação complicada, com muitos desequilíbrios e taxas de inflação ainda altas. A Colômbia tem taxas de crescimento e de inflação praticamente constantes há duas décadas, apesar de um contencioso político interno complicadíssimo. O Brasil tem uma dívida externa altíssima, se comparada com suas exportações, mas baixa (embora crescente) em relação ao PIB. A economia brasileira aparece como a "bola da vez" em função dos dois "déficits gêmeos" – o fiscal e o de conta-corrente –, o que nos remete de novo à questão federativa: a redução desses déficits esbarra na questão fiscal e na da Previdência.

J.E. – Para finalizar. A Cepal está às vésperas de comemorar 50 anos de uma existência que foi muito marcante na vida do continente. Que novidades há na atuação da Cepal hoje?

RENATO – A instituição tem uma posição peculiar. Não é um centro

"A Cepal está fazendo um grande esforço para analisar os resultados das reformas feitas no continente na década de 1990."



só porque o namoro já começou, mas também porque México e Canadá têm interesse legítimo em diminuir a dependência em relação ao mercado norte-americano.

J.E. – Qual o grau de vulnerabilidade da América Latina às instabilidades financeiras que rondam o mundo?

RENATO – É muito maior do que há alguns anos. Dentro do continente, porém, as situações são diferentes. O México tem um desequilíbrio comercial crescente, mas conta com acesso preferencial a um grande mercado; portanto, no curto prazo, não há motivo para uma corrida contra o peso mexicano. A Argentina está recuperando sua situação comercial, mas com uma taxa de desemprego altíssima e um câmbio fixado. No Peru, há um índice de dolarização de 70% dos meios de pagamento; nesse contexto, não faz sentido uma corrida contra o peso peruano. A Vene-

acadêmico nem uma universidade. É uma comissão regional que faz parte da Secretaria-Geral das Nações Unidas. No entanto, a partir de um trabalho técnico-burocrático, ela se destacou por seu esforço em pensar uma teoria de desenvolvimento aplicada à região. Isso tem a ver com o momento em que foi criada, no imediato após-guerra.

Nos anos 50 e 60, a Cepal conseguiu concentrar parte significativa da *intelligentsia* latino-americana, em um momento em que nossas sociedades se urbanizavam rapidamente, a indústria crescia, o papel dos Estados nacionais se ampliava e a idéia de planejamento se afirmava, buscando-se desenhar as trajetórias de crescimento desejadas para nossas economias. Isso vai até o início dos anos 70, quando fica evidente – sobretudo nos países com mercados internos pequenos – que as proposições associadas à industrialização não faziam tanto sentido, da maneira como eram

propostas então. Era insustentável manter plantas produtivas em escalas subótimas.

O golpe militar no Chile, em 1973, contribuiu para a saída de boa parte dos intelectuais que estavam agrupados na Cepal. Segue-se, até os anos 80, uma certa perplexidade em termos de formulação de recomendações de política. Diminuem os recursos disponíveis para a instituição, e as questões da dívida externa e da inflação se tornam centrais em todo o continente.

No fim da década de 80 e na de 90, fortemente influenciado pelo êxito macroeconômico da economia chilena, Fernando Fajnzylber apresenta a idéia de que economias com abertura comercial, explorando vantagens comparativas em produtos primários, poderiam obter benefícios – coisa que não era imediatamente associável às formulações cepalinas iniciais, mais conhecidas.

A partir da daí, sob o jargão de "transformação produtiva com equidade", que é o *leitmotiv* da Cepal dos anos 90, inicia-se um intenso esforço – que não tem a pretensão de repetir a abrangência propositiva intelectual dos anos 50 e 60 – para retomar a capacidade propositiva em diversos aspectos: inserção internacional, meio ambiente, saúde, distribuição de renda, etc, tudo condicionado pelas transformações no aparato produtivo, pelas preocupações com a equidade e pelo retorno à democracia.

Em termos prospectivos, a Cepal tem interesse em explorar mais a fundo outros aspectos, relacionados com a noção de "transformação produtiva com equidade". Hoje, a instituição desenvolve um projeto grande, denominado "Crescimento, emprego e equidade na América Latina nos anos 90", que envolve nove países diferentes e cinco módulos temáticos: reformas macroeconômicas e sociais, investimento, geração e transmissão de progresso técnico, emprego e distribuição de renda. Pretendemos analisar os resultados das reformas ocorridas na década de 1990, tentando entender especialmente aqueles aspectos em relação aos quais, mesmo depois da realização das reformas, não se obtiveram os resultados desejados.

DEBATE BRASIL

Pensar o Brasil, sem cair no lugar-comum

Debate Brasil está cada vez mais questionador. O programa patrocinado pelo Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro e pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás é exibido todos os sábados, a partir das 18h, no canal 15 da NET (Vinde TV), com direito a reprise aos domingos, às 17h. Já são 17 programas que compõem um rico painel da realidade econômica, política, social e cultural do Brasil. As fitas estão à disposição dos interessados na Videoteca do Corecon. Para obter mais informações, basta ligar para (021) 224-0578. A relação dos programas pode ser obtida pelo e-mail coreconrj@ax.apc.org ou pelo fax (021) 509-8121.

PROGRAMA

Até o final do mês de maio, haviam participado do programa os seguintes convidados:

Programa 1

- **De olho no futuro**
Teothônio dos Santos - sociólogo UFF
Tema: *Economia Mundial: perspectivas de um novo ciclo longo de crescimento*
- **Conjuntura**
Luiz Carlos Delorme Prado - Cofecon
Tema: *Contas externas do Brasil*
- **Contraponto**
Francisco de Oliveira (Ipea) x Sulamis Dain (Uerj)
Tema: *Reforma da Previdência*

Programa 2

- **De olho no futuro**
Juíza Salete Macalós
Tema: *Relações capital-trabalho e propostas de desmonte da legislação social*
- **Conjuntura**
João Paulo de Almeida Magalhães - IERJ
Tema: *Modelo alternativo de desenvolvimento - uma proposta não-liberal*
- **Contraponto**
Marcos Dantas (Fittel) x Arolde de Oliveira (dep. federal/PFL)
Tema: *Política nacional de telecomunicações*

Programa 3

- **De olho no futuro**
Aloísio Teixeira - UFRJ
Tema: *Modelo neoliberal e futuro da universidade pública*
- **Conjuntura**
Renée Armand Dreyfuss - Coppe/UFRJ
Tema: *Armadilhas da globalização*
- **Contraponto**
Maurício Lobo (sec. de Meio Ambiente do município do Rio de Janeiro) x Francisco Rodrigues (dep. federal/PTB)
Tema: *Destruição ambiental na região amazônica*

Programa 4

- **De olho no futuro**
Carlos Alberto Cosenza - UFRJ
Tema: *Brasil: riscos de uma crise estrutural*
- **Conjuntura**
Adhemar Mineiro - Corecon-RJ
Tema: *Crise asiática e seus reflexos no Brasil*
- **Contraponto**
Antenor de Barros Leal (Firjan) x José Lopes Feijó (CUT-SP)
Tema: *Desemprego: culpa da globalização ou da política econômica?*

Programa 5

- **De olho no futuro**
Jamil Haddad - PSB

Tema: *A saúde pode sair da UTI?*

- **Conjuntura**
Paulo Nogueira Batista Junior - FGV/SP
Tema: *Desequilíbrios externos e política cambial*
- **Contraponto**
Emb. Samuel Pinheiro Guimarães
Instituto de Pesquisas e Relações Internacionais do Itamaraty
Tema: *ALCA: riscos para o Brasil e para o Mercosul*

Programa 6

- **De olho no futuro**
Candido Mendes - Universidade Candido Mendes
Tema: *Socialdemocracia x liberal democracia, duas opções para FHC*
- **Conjuntura**
Nelson Le Cocq
Tema: *Endividamento interno e desequilíbrio das contas públicas*
- **Contraponto**
Paulo Passarinho (Sintrasef) x Lauro Vieira de Faria (Conjuntura Econômica - FGV)
Tema: *Bases para a Reforma do Estado brasileiro*

Programa 7

- **De olho no futuro**
Fernando Siqueira - Aepet
Tema: *Petróleo: abertura econômica e utilização das reservas brasileiras*
- **Conjuntura**
Eduardo Chuai - PDT
Tema: *Tarifas públicas: evolução pós-Plano Real*
- **Contraponto**
Carlos Heitor Cony
Tema: *Ameaças à democracia no Brasil dos anos 90*

Programa 8

- **De olho no futuro**
Antônio Maria da Silveira - FGV
Tema: *Propostas para um programa de renda mínima*
- **Conjuntura**
José Clemente de Oliveira - Corecon-RJ
Tema: *Bases para uma política industrial*
- **Contraponto**
Eloy Garcia (Fiocruz) x Paulo Pinheiro (PPS)
Tema: *Saúde pública: desperdício ou escassez de recursos?*

Programa 9

- **De olho no futuro**
Francisco Carlos Teixeira da Silva - UFRJ
Tema: *Cultura brasileira nos anos 90*
- **Conjuntura**
Ricardo Varsano - IPEA

Tema: *Propostas para uma reforma tributária*

- **Contraponto**
Wanderley Guilherme dos Santos - Universidade Candido Mendes
Tema: *Congresso Nacional - uma instituição injustiçada?*

Programa 10

- **De olho no futuro**
Candido Grzybowski - Ibase
Tema: *Modelo neoliberal e questão social*
- **Conjuntura**
Amílcar Pereira da Silva Filho - Instituto Brasileiro do Petróleo
Tema: *Bases para a reestruturação da indústria petroquímica brasileira*
- **Contraponto**
Alba Zaluar - Uerj
Tema: *Violência, criminalidade e tráfico de drogas*

Programa 11

- **De olho no futuro**
José Murilo de Carvalho - UFRJ
Tema: *Instituições públicas: em quem confia o cidadão brasileiro?*
- **Conjuntura**
Regis Alimandro - FGV
Tema: *Café, perspectivas para 98 e 99*
- **Contraponto**
Luiz Carlos Maciel
Tema: *Maião de 68: o sonho realmente acabou?*

Programa 12

- **De olho no futuro**
Pedro Motta Veiga - Funcex
Tema: *Perspectivas para o crescimento das exportações brasileiras*
- **Conjuntura**
José Cláudio Ferreira - Universidade Candido Mendes
Tema: *Câmbio, a desvalorização em questão*
- **Contraponto**
Leonilde Medeiros (UFRRJ) x Esdras do Nascimento (escritor)
Tema: *Seca no Nordeste, drama sem solução?*

De junho até hoje, foram ao ar programas com a seguinte lista de convidados e temas:

Programa 13

- **De olho no futuro**
Edson Nunes - Universidade Candido Mendes
Tema: *As avaliações do Banco Mundial sobre mercado e Estado*
- **Conjuntura**
João Sabóia - UFRJ
Tema: *Mercado de trabalho no Brasil*
- **Contraponto**
Waldyr Pires
Tema: *Bases para a rebelião democrática*

Programa 14

- **De olho no futuro**
Vera Silvia Magalhães
Tema: *A luta armada vista 30 anos depois*
- **Conjuntura**
Regis Bonelli - Ipea
Tema: *Política industrial e abertura econômica*
- **Contraponto**
Francisco Menezes - Ibase
Tema: *Política de segurança alimentar*

Programa 15

- **De olho no futuro**
Anita Heloísa Prestes
Professora de História da UFRJ
Tema: *100 anos do nascimento de Luiz Carlos Prestes*
- **Conjuntura**
Marcos Arruda - economista do PACS
Tema: *Estratégia dos bancos multilaterais*
- **Ponto de vista**
Aloísio Biondi - jornalista
- **Contraponto**
André Urani - Secretário de Trabalho do Município do RJ
Marcelo Sereno - Secretário nacional de organização da CUT
Tema: *Desemprego*

Programa 16

- **De olho no futuro**
Aloísio Biondi - jornalista
Tema: *Resultados da privatização*
- **Conjuntura**
Luiz Tenório - presidente do Sindicato dos Médicos do RJ
Tema: *Os dramas da saúde pública*
- **Ponto de vista**
André Mota Lima - jornalista
- **Contraponto**
Omar Resende Peres - presidente do Estaleiro Mauá e vice-presidente do Sinaval
Wagner Granja Victor - conselheiro da Abese (Associação Bras. dos Estudiosos em Estratégia)
Tema: *O futuro (incerto) da indústria de construção naval*

Programa 17

- **De olho no futuro**
Ferreira Gullar - escritor e poeta
Tema: *Cultura brasileira e globalização*
- **Conjuntura**
Beatriz Albuquerque - economista do Ipea
Tema: *Equívocos da modernização da agricultura*
- **Ponto de vista**
André Mota Lima - jornalista
- **Contraponto**
Fábio Erber - prof. titular do IE/UFRJ
Paulo Fleury - prof. titular do IE/UFRJ
Tema: *Política industrial: rumos a seguir nos anos 90*

CONVÊNIOS

Publicações da CEPAL

O Conselho Regional de Economia-RJ, em convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da Cepal em sua biblioteca, no horário das 13h às 17h, onde o catálogo das obras poderá ser consultado. O preço utilizado para o mês de julho é US\$ 1,159, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe*, 1997. 894p. US\$ 75,00.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe*, 1997. 196p. US\$ 10,00.
- *El pacto fiscal: fortalezas, debilidades, desafíos*. Série transformações productiva com equidad. 280p. US\$ 10,00.
- *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*. 269p. US\$ 10,00.
- *Las relaciones económicas entre América Latina y la Unión Europea: el papel de los servicios exteriores*. 396p. US\$ 15,00.
- *Centroamérica y el TLC: efectos inmediatos e implicaciones*. 1997. 174p. US\$ 8.
- *Ciudadanía y derechos humanos desde la perspectiva de las políticas públicas*. 1997, 124p. US\$ 6.
- *Evolución del gasto público social en América Latina: 1980-1995*. 1998, 160p. US\$ 8.
- *La apertura económica y el desarrollo agrícola en América Latina y el Caribe*. 1997, 136p. US\$ 8.
- *A dinâmica do setor saúde no Brasil*. 1997, 220p. US\$ 8.
- *Innovación en tecnologías y sistemas de gestión ambientales en empresas líderes latinoamericanas*. 1995, 206p. US\$ 8,00.
- *Desarrollo económico local y distribución del progreso técnico. Una respuesta a las exigencias del ajuste estructural*, Francisco Albuquerque. 1997, 128p. US\$ 8.

FAIXA LIVRE

FAIXA LIVRE é um programa independente, de análise econômica e política, que vai ao ar de segunda a sexta-feira na Rádio Guanabara-Bandeirantes (1360 KHZ), de 7:30h às 9:00h. Apresentado por Álvaro Queiroz e Ricardo Bueno, o programa conta com colunistas de projeção nacional e é apoiado pelas entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon, além de diversas outras sindicais e profissionais. Se você quiser participar e emitir sua opinião, ligue para 220-1460. No FAIXA LIVRE a liberdade de imprensa não é mero slogan, mas, sim, uma prática cotidiana.

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e IERJ - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, tel. 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, tel. 224-0578), de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

Editora FGV e Corecon-RJ

Os associados ao Corecon-RJ, desde que apresentem sua identificação do Conselho, poderão adquirir livros da Editora Fundação Getúlio Vargas, comercializados na Livraria da FGV, com 20% de desconto para compras à vista (cheque ou dinheiro). Na compra de livros de outras editoras, também comercializados na Livraria FGV, o desconto é de 10%.

A Livraria da FGV tem um acervo de 20 mil títulos e é totalmente informatizada. Os economistas poderão, também, solicitar entrega por Sedex a domicílio, sem adicional de custos. Mas, neste caso, não serão concedidos descontos sobre o preço de capa.

LIVRARIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 188 - CEP 22253-900 - Rio de Janeiro
Tels: (021) 536-9199 e 536-9105 - Fax: (021) 536-9193

E-mail: livraria@fgv.br

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS: O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de julho.

Sumário do Número 2

- A** A miséria da crítica heterodoxa - Primeira parte:
Sobre as críticas
Marcos de Barros Lisboa
- S** The Asian challenge to the world automotive industry
Michael Mortimore
- S** Difusão de tecnologias e equilíbrios dependentes
de trajetória
João Lizardo de Araújo
- I** Custos de transação e política de defesa
da concorrência
João Luiz Pondé
Jorge Fagundes
Mário Possas

REVISTA DE
economia
contemporânea

do Instituto de Economia da UFRJ

Para assinar a REC envie cheque nominal ao Instituto de Economia da UFRJ a/c de Joseane Cunha, Caixa Postal 56.028, CEP 22290-972, Rio de Janeiro.
Outras informações pelo email: rec@ie.ufrj.br

Desconto de 20% para associados ao Corecon/RJ, IERJ e Sindecon/RJ: R\$ 20,00.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Fique sabendo tudo sobre a votação da LDO e as emendas apresentadas na Câmara pelo Fórum. Saiba ainda sobre os remanejamentos, sobre o caderno "Cidadania no Orçamento" e sobre as irregularidades cometidas pela Prefeitura contra a educação.

DENÚNCIA

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro está entrando com uma ação na Justiça contra a Prefeitura da cidade. A ação é baseada em uma denúncia feita pela bancada do PT na Câmara Municipal. Segundo dados levantados no Relatório Técnico do Tribunal de Contas do Município, o governo teria desobedecido a determinações da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, já que não investiu, no ano de 1997, pelo menos 25% de seu Orçamento em educação.

Os dados mostram ainda, que no percentual apresentado pela Prefeitura estão incluídas atividades que, segundo a LDB, não fazem parte da função Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino público. Um inquérito já foi instaurado por Rosa Carneiro, Promotora de Justiça da Vara da Infância e da Juventude e membro do Fórum Popular do Orçamento.

CIDADANIA NO ORÇAMENTO

Algumas dificuldades impediram o lançamento do caderno "Cidadania no Orçamento" no mês de junho. Mas, resolvidos os problemas, o caderno estará disponível no Corecon a partir de julho. Usando uma linguagem simples e direta, essa é uma tentativa de levar à população do Rio informações sobre o orçamento.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

No dia 26 de junho foi aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1999, com modificações em relação ao projeto de autoria do Poder Executivo. O Fórum Popular do Orçamento propôs algumas emendas à Câmara Municipal. Dentre elas, destacamos três: a que trata da participação popular, a da transparência da estimativa da receita e a que concede prioridade para a educação. O detalhamento e o resultado alcançado por essas propostas relateremos a seguir:

PARTICIPAÇÃO POPULAR: nossa proposta previa a co-responsabilidade da Prefeitura e da Câmara Municipal na realização de duas reuniões em cada região administrativa da cidade, objetivando discutir prioridades propostas pelo Poder Executivo e apresentar/avaliar sugestões da população, além de uma ampla divulgação na mídia.

Resultado: a maioria dos vereadores preferiu emenda do vereador Jorge Bittar, que prevê somente a participação do Poder Legislativo.

TRANSPARÊNCIA: propomos a discriminação da estimativa da receita de dois modos, considerando a legislação tributária vigente e considerando as possíveis alterações, juntamente com a definição dos projetos que podem ser beneficiados ou prejudicados em função dessas alterações.

Resultado: a proposta foi aceita, com redação semelhante, através de emenda do vereador Edson Santos.

PRIORIDADE: fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reivindicamos que os recursos destinados ao ensino não incluíssem, entre outros, a merenda escolar, obras em escolas e despesas com professores desviados de função.

Resultado: a maioria dos vereadores preferiu apenas fazer referência à Lei Federal.

CONCLUSÃO: a lei aprovada ficou melhor que o projeto original, porém ainda está muito aquém do mínimo esperado para um processo de participação popular na elaboração orçamentária. A análise do Orçamento continuará de difícil entendimento e as opções políticas do Prefeito só serão vislumbradas durante a execução orçamentária, pois as metas e prioridades elencadas não são esclarecedoras.

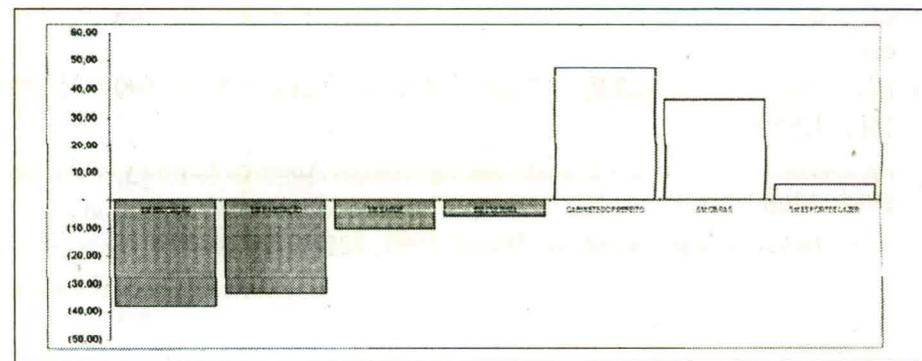
REMANEJAMENTO

O remanejamento está de volta, graças à aprovação do Projeto de Lei nº 727/98 pela Câmara Municipal em maio. O uso desse poder arbitrário já permitiu ao prefeito cancelar R\$ 25 milhões destinados ao pagamento de inativos para pagar serviços terceirizados da Comlurb e a verba de publicidade e propaganda "pulou" de R\$ 2,5 milhões para R\$ 4,8 milhões.

Confira abaixo uma tabela com alguns dados sobre o remanejamento feito pelo governo no ano passado. A partir dos números contidos na tabela, fica fácil identificar as novas prioridades definidas pelo governo. As áreas de saúde e educação foram prejudicadas.

Áreas Remanejadas	% do Remanejamento
Secretaria Municipal de Educação	-38,0%
Secretaria Municipal de Habitação	-33,4%
Secretaria Municipal de Saúde	-9,8%
Secretaria Municipal de Cultura	-5,5%
Gabinete do Prefeito (Guarda Municipal e Comlurb)	47,5%
Secretaria Municipal de Obras	36,7%
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	5,9%

Fonte: Diário da Câmara Municipal, Prestação de Contas da Gestão do Exercício de 1997, Ano XXII, suplemento ao nº 66.



QUESTIONÁRIO

Esse questionário é mais uma iniciativa de democratizar o orçamento municipal. Seu objetivo é apontar, junto a diferentes camadas da população, as prioridades para a cidade.

No ano passado, mais de 700 pessoas responderam às perguntas formuladas pelo Fórum, apontando as áreas de saúde, educação e transporte como as que deveriam receber mais atenção do governo municipal.

Em breve, encartaremos o questionário de 1998 no *Jornal dos Economistas*.

ERRATA

Da Carta aberta aos Exmos. Srs. Vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Na última edição, publicamos uma lista da qual não constavam os nomes dos vereadores Paulo Pinheiro, que votou contra o projeto do remanejamento de 20%, e do vereador Luiz Carlos Aguiar, que votou pela sua aprovação.

COLUNA NA INTERNET

Agora você já pode ler a Coluna na Internet. A partir deste mês, as matérias do Fórum Popular do Orçamento estarão disponíveis na *home-page* dos economistas. O endereço é <http://www.economistas.br>.

- Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o orçamento carioca, as reuniões do **Fórum Popular do Orçamento** acontecem sempre às quintas-feiras, às 17 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas a participação de qualquer cidadão.

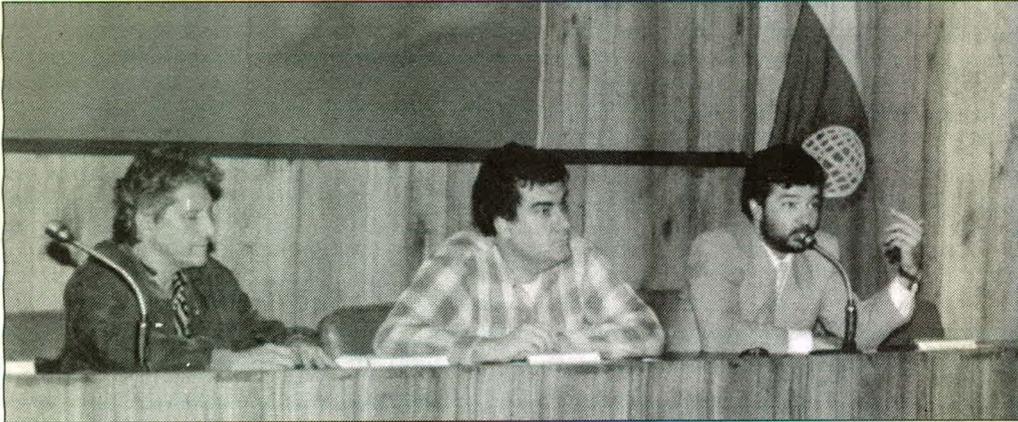
- Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109
19º andar - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20054-900 - Tel. (021) 224-0578
Fax (021) 221-0958
E-mail: coreconrj@ax.apc.org
A/C do Conselheiro **Luiz Mario** ou das estagiárias **Renata e Ruth**.

DEBATE

Bancos Multilaterais em debate

FOTO: JOÃO DIAZ



Da esquerda para a direita: Marcos Arruda, Adhemar dos Santos Mineiro e Aurélio Vianna Jr.

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon, Sindecon e IERJ - e a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (que editou a publicação) lançaram em junho o livro *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil - análise crítica e documentos inéditos*, no Clube de Engenharia. O debate que precedeu a noite de autógrafos reuniu o organizador do livro e secretário executivo da Rede Brasil, Aurélio Vianna Jr., e os autores Adhemar dos Santos Mineiro, presidente do Corecon-RJ, e Marcos Arruda, economista e pesquisador do PACS. O livro tem ainda como co-autores Adriano Oliveira Soares, José Antonio Pereira de Souza, Sérgio Haddad, Sérgio Sauer e Stephen Schwartzman.

A publicação, que traz documentos até então inéditos, reúne artigos críticos da abordagem do Banco Mundial, com base no CAS (Country Assistance Strategy) e no Country Paper, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). São documentos preparados para cada país tomador de empréstimos, descrevendo a estratégia do banco para essa concessão. Os *papers* descrevem, ainda, os planos para dois tipos de operações de empréstimos: reformas econômicas (ou ajustes estruturais) e projetos de investimentos (agricultura, infra-estrutura, reforma agrária, meio ambiente, educação e saúde).

Os documentos foram obtidos através de requerimento à mesa da Câmara dos Deputados, respondendo a demanda do deputado federal Ivan Valente, e foram editados pela Rede Brasil com apoio de outras instituições. No debate, Adhemar dos Santos Mineiro enfatizou que os textos dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento sobre o Brasil expressam, normalmente, a afinidade, ou as diferenças, que as instituições financeiras multilaterais possam ter com a política econômica em desenvolvimento no país.

Lamentavelmente, a visão geral que as instituições financeiras internacionais têm sobre o País nem sempre é abertamente divulgada, fato lamentável, porque a divulgação e adequação ou não da política econômica nacional aos interesses dos grandes centros financeiros internacionais poderia ser uma das formas da população brasileira e seus representantes no Parlamento avaliarem também o quanto o conjunto dos interesses presentes no País é, ou deixa de ser, atendido em função dessa adequação.

O debate contou com o apoio de diversas instituições: Fase, PACS, Ibase, Dieese e Clube de Engenharia. O livro ali apresentado ao público, *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*, de 196 páginas, está sendo vendido na biblioteca do Corecon-RJ pelo preço de R\$ 10,00.

CONVÊNIO

A editora Paz e Terra está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio inédito realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo. Solicitamos aos leitores desconsiderarem as informações publicadas no último número do *JE* porque, com as vendas concentradas no Conselho, a operacionalidade é maior.

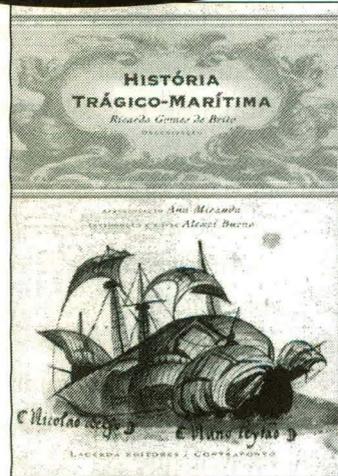
- *A construção do Terceiro Mundo - teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia*, 643 p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,00.
- *Os fluxos financeiros na América Latina - um desafio ao progresso*, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 19,00.
- *Antologia de Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos de vida lutando pelo Brasil*, 397p.
Preço com desconto: R\$ 14,00.
- *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, 346p., 6ª edição, Karl Marx.
Preço com desconto: R\$ 18,00.
- *Após 1989- moral, revolução e sociedade civil*, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,00.
- *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*, 179 p., Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.
Preço com desconto: R\$ 14,00.
- *Histórias esquecidas da ciência*, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.
Preço com desconto: R\$ 11,00.
- *30 anos do The New York Review of Books - a primeira antologia*, Robert Silvers, Barbara Epstein e Rea Hederman (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 23,00.
- *América Latina - entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 17,00.
- *Dialética marxista, dialética hegeliana - a produção capitalista como circulação simples*, 192 p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 14,00.

DOAÇÃO DE LIVROS

A campanha "Doe livros, seja um intermediário no acesso ao conhecimento", promovida pelas entidades dos economistas - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon - está ajudando a equipar diversas bibliotecas no Estado, de agosto 96 até agora. Foram 3.820 doações em diversas áreas - economia, contabilidade, direito, literatura, história, administração, educação, além de obras de referência (dicionários e enciclopédias). A campanha continua, e os interessados na doação devem entrar em contato com a bibliotecária Ester Oliveira Teixeira, das 13h às 17h, na Biblioteca Eginardo Pires.

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO

**História trágico-marítima**

540 páginas

Bernardo Gomes de Brito (org.)

Preço com desconto: R\$ 28,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A opção brasileira

César Benjamin, João Pedro Stédile, Reinaldo Gonçalves e outros

Preço com desconto: R\$ 13,00

O manifesto comunista - 150 anos depois

Daniel Aarão Reis (org.)

Preço com desconto: R\$ 13,00

O pensamento chinês - 416 p.

Marcel Granet

Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.

Guy Debord

Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.

Kwame Anthony Appiah

Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller

Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.

Org. Slavoj Zizek

Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.

Giovanni Arrighi

Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995

Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.

Ricardo Bielchowsky

Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)

Preço com desconto: R\$ 25,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (021) 275-0751

Caixa postal 56066

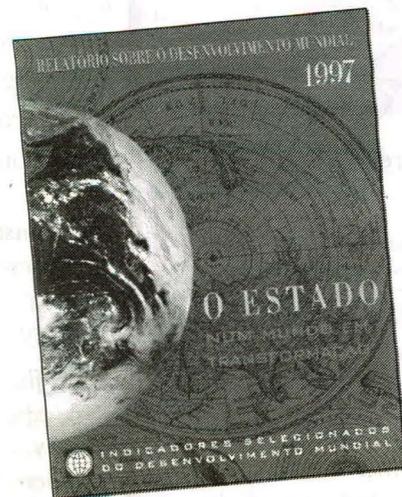
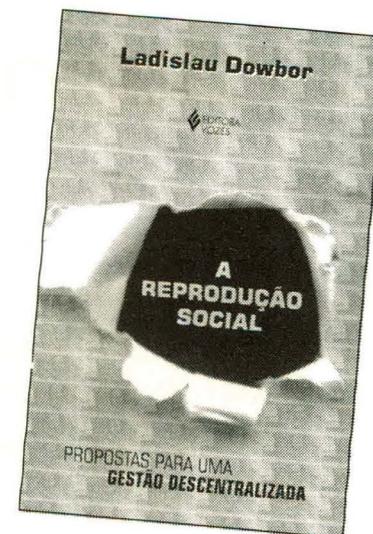
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

e-mail: contraponto@rio.nutecnet.com.br

- ABRE ASPAS

A REPRODUÇÃO SOCIAL - PROPOSTAS PARA UMA GESTÃO DESCENTRALIZADA, de Ladislau Dowbor. Para o autor, não há dúvida de que a

sociedade atual precisa de um choque de ética e de visão social e ambiental. Denuncia as formas diversas de prostituição das oligarquias, "que atinge inclusive os advogados que as defendem, os jornalistas que as comentam, os policiais que por elas cometem atrocidades". Trata-se, para Ladislau Dowbor, de um amplo espaço de esperteza e de prepotência, com pouca inteligência da vida. "É este lastro pré-histórico de incultura política que se trata hoje de mudar". Editora Vozes, 446p.

**RELATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL - 1997, O ESTADO NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO.** Vigésimo documento

da série, é dedicado ao papel e à efetividade do Estado: o que o Estado deve fazer, como deve fazê-lo e como fazê-lo melhor num mundo que está se transformando rapidamente. Com indicadores selecionados do desenvolvimento mundial, o Relatório não procura oferecer uma receita única para a reforma do Estado em todos os países, mas sim uma estrutura para guiar esses esforços, na forma de uma dupla estratégia: focalizando as atividades do Estado para ajustá-las à sua capacidade; buscando meios de melhorar a capacidade do Estado mediante o revigoramento das instituições públicas. Publicação do Banco Mundial

GESTÃO SOCIAL - METODOLOGIA E CASOS, coordenado por Fernando

Guilherme Tenório, é a reunião de quatro trabalhos elaborados por pesquisadores do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP/FGV) e integra a coleção de livros FGV Prática, publicada pela Editora Fundação Getúlio Vargas. O livro mostra os estudos de gestão social que vêm sendo feitos na FGV desde 1991 e tem como objetivo desenvolver tecnologia e experiências no assunto para que possam ser discutidos. 100p.

**ASPECTOS DISTRIBUTIVOS NA DETERMINAÇÃO DE PREÇOS PÚBLICOS**, de Thompson A. Andrade. Trata-se de uma tese de doutorado,

apresentada por um técnico da Diretoria de Pesquisa do Ipea ao University College da Universidade de Londres que, por sua qualidade, recebeu o prêmio Haralambos Simeonides de 1995, concedido pela Anpec. O livro aborda um tema que está relacionado com a reestruturação por que passa o setor de infra-estrutura de serviços no país, "propiciada essencialmente pelo processo de privatização recente das empresas de eletricidade, de telecomunicações e de outros serviços de utilidade pública". Publicação do Ipea.

RESENHAS

A REFORMA DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL E NO MUNDO – UMA VISÃO CRÍTICA, de Luiz Pinguelli Rosa, Mauricio Tiomno Tolmasquim e José Cláudio Linhares Pires, 215p, editora Relume Dumará.

Estratégia ou corretagem

Este livro subsidia e interfere na discussão sobre o redesenho, em curso, do sistema elétrico brasileiro. O ensaio recupera, sintetiza e sublinha os traços principais das modificações institucionais, patrimoniais e operacionais da reforma do setor elétrico na Inglaterra, Noruega, França e Estados Unidos. Do Primeiro Mundo, segue para América Latina, com o exame dos casos da Argentina e do Chile. Termina centrando a atenção na ainda “inconclusa” reforma brasileira.

Ao abrir para o não-iniciado as informações sobre as reformas, permite perceber, em primeiro lugar, a extrema variedade em seu desenho. Essas reformas, sem receitas nem padrões, respondem às pressões dos novos tempos a partir das particularidades nacionais. Isto é visível nas experiências do Primeiro Mundo. Já na América Latina, parece existir um gabarito oculto de referência. Por outro lado, percebe-se a freqüência com que se frustram os objetivos iniciais e os dilemas, insuficiências e surpresas que se explicitam ao longo da implantação das reformas. É particularmente didático o contraste entre os resultados das experiências inglesa e norueguesa.

Estas percepções deveriam reduzir o aqodamento e a improvisação que balizam os passos iniciais da reforma brasileira. A convergência da crise financeiro-fiscal pública, um certo simplismo ideológico, e a atrofia da discussão sobre o longo prazo banalizaram o tema da reforma de nosso sistema elétrico, reduzindo-a a uma especulação sobre: vender o quê? Para quem? Quando? Por quanto? Assistimos a redução de uma questão estratégica ao exame do corretor imobiliário, quanto ao ritual e ritmo da privatização.

É impossível ler o ensaio sem que nos assaltem dúvidas cruéis. A França evoluiu o seu sistema elétrico na direção da termoeletricidade nuclear, visando a reduzir sua vulnerabilidade a crises de abastecimento. Foi sua resposta à crise do petróleo. O Brasil detém, como uma inequívoca vantagem comparativa absoluta, uma matriz hidrelétrica interligada de operação coordenada, com ampla capacidade de armazenamento de água. Estamos no umbral de reformar este magnífico sistema, abrindo-o a uma crescente participação da termoeletricidade com combustíveis fósseis. Isto, na operação coordenada, poderia aperfeiçoar o sistema. Porém, numa reforma que não provenha a garantia de uma razoável execução de um planejamento indicativo, podemos estar optando por um sistema que dissolva a nossa vantagem e amplie nossa vulnerabilidade às flutuações internacionais. Iremos renunciar à operação coordenada do sistema? Como encontrar a matriz de preços internos que garanta a expansão coordenada do sistema?

A lista de angústias poderia se estender. Creio, porém, que o melhor modo de exercer a cidadania é enfrentar a angústia participando responsabilmente da discussão. E o ensaio de Pinguelli Rosa, Mauricio Tolmasquim e José Cláudio Linhares é precioso para a cidadania.

Carlos Lessa

Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da UFRJ



A verdadeira opção brasileira

Uma das “mercadorias” mais vendidas tem sido a ilusão do pensamento único, a crença de que não há caminho fora da submissão às regras do jogo supostamente impostas pela globalização. Seria teórica e praticamente impossível pensar em alternativas, tentar construir um projeto nacional de desenvolvimento ou, pelo menos, montar estratégias defensivas. Ao Brasil, restaria tão-somente uma espécie de prêmio de consolação: a inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho.

Felizmente, há os que ainda estão dispostos a desorganizar o consenso e pensar com independência, recusando as verdades estabelecidas por aquilo que alguns cientistas políticos já chamam “globalitarismo”, neologismo que combina globalização e totalitarismo. Os onze intelectuais que assinam *A opção brasileira* (Contraponto Editora, 204 páginas, tel/fax 021-275-0751) integram esse time de pensadores inquietos. Acreditam na possibilidade de uma inserção diferenciada do Brasil em um mundo que está longe de exigir a uniformidade e a homogeneidade pretendidas pelo pensamento neloliberal.

O texto mostra que, ao integrar e, simultaneamente, desintegrar países, povos, regiões e setores produtivos, a globalização gera assimetrias espantosas, que só podem ser enfrentadas por Estados conscientes dos seus deveres em relação às sociedades nacionais. No caso brasileiro, o projeto a ser elaborado pelo Estado nacional, com ampla participação da sociedade, teria como um dos seus eixos a criação de um mercado de consumo de massas, algo que numa sociedade como a nossa – com 160 milhões de habitantes, baixos padrões de consumo e dimensões continentais – poderia servir de base, durante muito tempo, para um novo ciclo sustentado de desenvolvimento.

Os autores não pretenderam apresentar um programa de governo, e muito menos uma plataforma eleitoral. Em quatro partes e dez capítulos, analisam com grande poder de síntese aspectos centrais da trajetória histórica do Brasil, descrevem o cenário estrutural do país (território, população, posição geopolítica, potencial agrícola, base industrial instalada, capacidade de financiamento, distribuição de renda e riqueza, etc), discutem novo cenário internacional e, finalmente, explicitam “A opção brasileira”, ou seja, um conjunto de políticas alternativas, em um capítulo que dá título ao livro. Emergem nítidos os traços de uma estratégia de desenvolvimento que permitiria transformar nossos atrasos relativos em vantagens comparativas, viabilizando ao mesmo tempo um novo ciclo de crescimento acelerado e uma melhora na qualidade de vida da grande maioria da população.

Utopia? Quem se dispuser a ler *A opção brasileira* – um texto profundo, elegante e claro, acessível a estudantes e a não-especialistas em geral – verá que existem utopias viáveis. Ainda é possível sonhar, com a cabeça nas nuvens e os pés firmemente plantados no chão.

Luiz Antônio Elias

Diretor responsável pelo *Jornal dos Economistas*



SEMINÁRIO

Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século

DIAS: 08 e 09 de setembro de 1998
LOCAL: Auditório Pedro Calmon - UFRJ
 Av. Pasteur, 250 - Rio de Janeiro - RJ
INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:
 Corecon-RJ, tel: 224-0578, fax: 509-8121

O desemprego tornou-se um dos principais desafios no final do século XX. Na busca pela estabilização macroeconômica dos mais diversos países, as políticas priorizando a obtenção do pleno emprego foram deixadas em segundo plano e o preço tem sido o crescimento do desemprego.

Para agravar a situação, o processo de globalização aumentou a competição entre empresas, levando-as a introduzir novas técnicas de gestão da produção, com enorme crescimento da produtividade do trabalho.

Qual a relação entre globalização e desemprego? Pode a flexibilização do mercado de trabalho ser a solução para enfrentar o desemprego? As experiências descentralizadas de geração de emprego podem representar uma alternativa?

Para discutir estas e outras questões relativas ao desemprego na passagem para o novo milênio, as entidades promotoras deste evento organizaram o seminário "Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século", convidando especialistas nacionais e estrangeiros para uma troca de experiências e aprofundamento deste tema de grande relevância e atualidade. No próximo número divulgaremos o programa completo.

PROGRAMA PRELIMINAR

08 de setembro

08:30h
 CREDENCIAMENTO

9h
 Para a Solenidade de Abertura pretendemos convidar o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, e o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva.

10h
MESA 1: Globalização, Modernização Tecnológica e Desemprego

12h
 Almoço

14 às 16h
MESA 2: Flexibilidade: Solução ou Precarização do Trabalho

16 às 16:15h
 Intervalo (café)

16:15 às 18:15h
MESA 3: Produtividade e Emprego Industrial

09 de setembro

9 às 12h
MESA 4: Experiências Descentralizadas de Geração de Emprego

12 às 14h
 Almoço

14 às 17h
MESA 5: Desigualdades Regionais e Políticas de Emprego

COMISSÃO DE PROGRAMA:

- Adhemar dos Santos Mineiro (Corecon-RJ)
- Cláudio Salm (IE/UFRJ)
- João Sabóia (IE/UFRJ)
- Luiz Antonio Elias (Cofecon)

PROMOÇÃO:

- Corecon-RJ
- IERJ
- Sindecon
- Instituto de Economia - UFRJ
- ABET
- Clube de Engenharia

APOIO:

- Dieese, Cofecon

Como aderir e navegar na Internet

Os associados do Corecon-RJ, Sindecon e IERJ podem aderir ao sistema AlterNex, do Ibase. O Conselho Regional de Economia firmou contrato com a empresa e está oferecendo condições favoráveis: 30 horas mensais por apenas R\$ 35,00, mais taxa de inscrição no valor de R\$ 30,00. Para tanto, basta solicitar e entregar na sede do Corecon-RJ (Av. Rio Branco 109, 19º andar, Secretaria de Assuntos Internacionais, tel. 224-0578) um formulário para efetuar o cadastro e aguardar o retorno do provedor que enviará as informações necessárias para o acesso. A fração de hora excedente custa R\$ 2,00.

JORNAL DOS ECONOMISTAS
 CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO
 DR/RJ
 ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 14.07.98